

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

EXERCÍCIO DE 2016

Senhor Acionista,

A Diretoria da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S^{as}. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Companhia, as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Durante o ano de 2016, a MGI focou em sua missão e sua visão, com vistas a contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, destacam-se a gestão de ativos (recuperação de créditos e vendas de imóveis) e os convênios, além dos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas por intermédio da subsidiária EMIP.

O cenário macroeconômico impactou as atividades da Companhia em diversos aspectos, sobretudo: a alta taxa de juros impactou nos custos das debêntures emitidas, com remuneração indexada ao CDI; a recessão econômica dificultou as negociações de vendas de imóveis e recuperação de créditos, além de impactar no aumento dos rompimentos dos direitos creditórios autônomos; as quedas na cotação das ações da Cemig, que compõem as garantias da quinta emissão de debêntures, geraram necessidades de complemento de garantia em moeda corrente.

Não obstante o ambiente externo desfavorável, a MGI soube contornar as adversidades. Destacam-se os resultados da recuperação de créditos e venda de imóveis do Estado de Minas Gerais, que permitiram repassar ao Estado, neste ano, um montante 15% superior ao ano de 2015. Importante destacar, ainda, que o contrato de hedge celebrado no segundo semestre de 2015, no âmbito da quinta emissão de debêntures, amenizou consideravelmente os impactos das oscilações das ações da Cemig, de modo a não comprometer o fluxo de caixa da Companhia no exercício de 2016.

Apesar do prejuízo auferido neste exercício, que foram impactados, sobretudo, pelo impairment dos direitos de crédito autônomos, a Diretoria considera satisfatórios os resultados alcançados, com destaque para o importante suporte oferecido ao Estado de Minas Gerais durante o exercício, especialmente no âmbito dos convênios e das PPP's.

2. A MGI

2.1 Estrutura Societária

A MGI é uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG) e integrante da Administração Pública Indireta, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais (99,9557%), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG (0,0288%) e a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG (0,0093%). O restante das ações (0,0062%) encontra-se em tesouraria.

A Companhia atualmente detém participação nas seguintes sociedades:

- EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (subsidiária integral) – 100%;
- Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – 0,35%;
- Empresas do Grupo Gerdau S.A. – 0,46%;
- Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – 0,13%;
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,94%.

2.2 Identidade Organizacional

Missão: Atuar de forma efetiva, em conjunto com a Administração Pública de Minas Gerais, nas soluções que envolvam o desenvolvimento de atividades socioeconômicas.

Visão: Ser modelo de suporte ao Desenvolvimento Estadual.

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Gestão de Ativos

Em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, a Companhia arrecadou no exercício de 2016 o montante de R\$4.985 mil, inferior em 36% ao exercício de 2015, quando a arrecadação totalizou R\$7.800 mil.

Mediante contrato celebrado com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua também na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da Minascaixa e da privatização dos Bancos Bemge e Credireal. Neste exercício, a MGI arrecadou e repassou à SEF o montante de R\$8.695 mil provenientes da recuperação de créditos em liquidação e da alienação de bens imóveis. Este valor superou em 15% o apurado no exercício anterior, quando totalizou R\$7.577 mil. A prestação de serviço ao Estado gerou para a MGI uma receita de R\$1.934 mil em 2016 (R\$2.049 mil em 2015).

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez dos imóveis, a Administração considera relevantes os valores arrecadados.

Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Ativos Próprios	4.985	7.800	(36%)
Ativos do Estado de Minas Gerais	8.695	7.577	15%
TOTAL	13.680	15.377	(11%)

3.2 Direitos de Crédito Autônomos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui um saldo de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.786.983 mil (R\$1.715.616 mil em 31 de dezembro de 2015).

Durante este exercício, foi contabilizado a título de variação monetária ativa dos direitos creditórios o montante de R\$128.634 mil (R\$129.871 mil no exercício de 2015), enquanto os valores recebidos neste exercício totalizaram R\$121.801 mil (R\$170.084 mil em 2015).

A Companhia possui, ainda, em 31 de dezembro de 2016, um saldo de R\$36.729 mil a receber do Estado de Minas Gerais relativo a parcelas de direitos creditórios devidas à MGI pagas pelos contribuintes diretamente ao Estado.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos, isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias, vem aumentando ao decorrer do tempo. A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o impairment da carteira. Considerando esses efeitos, o saldo de Direitos de Crédito Autônomos é de R\$530.221 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$642.946 mil em 31 de dezembro de 2015).

3.3 Debêntures

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, obrigações decorrentes da segunda, terceira e quinta emissões de debêntures.

Durante o exercício de 2016, a Companhia registrou despesas de R\$223.029 mil a título de juros sobre as debêntures emitidas. (R\$210.108 mil em 2015).

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados durante o exercício de 2016:

Pagamentos Efetuados (R\$ mil)	Juros	Principal	Total Pago
(a) Segunda Emissão	8.104	-	8.104
(b) Terceira Emissão	9.013	49.612	58.625
(c) Quinta Emissão	68.848	-	68.848
Total	17.117	49.612	66.729

(a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo de R\$969.531 mil a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor totalizava R\$874.883.

As debêntures subordinadas possuem vencimento em 2022 e não possuem amortizações intermediárias de juros e principal, podendo ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. Durante o exercício de 2016, os pagamentos extraordinários de juros totalizaram R\$8.104 mil.

Após a liquidação da terceira emissão de debêntures, prevista para 30 de agosto de 2017, a segunda emissão poderá ser quitada mediante dação em pagamento do saldo remanescente da carteira de direitos de crédito autônomos, cujo saldo atual foi apresentado no item 2.2.

(b) Debêntures Seniores (Terceira Emissão)

Os pagamentos de juros e de amortização da terceira emissão são feitos mensalmente e totalizaram R\$58.625 mil no exercício de 2016. O saldo devedor desta emissão é de R\$28.472 mil em 31 de dezembro de 2016.

(c) Debêntures de Quinta Emissão

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui um saldo de R\$696.245 mil a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Durante o exercício de 2016, foram pagos juros no montante de R\$68.848 mil. As amortizações do principal serão devidas semestralmente a partir de julho de 2019.

3.4 Participações Acionárias

A Companhia possui participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG e empresas do grupo Gerdau. Em junho de 2016, a Companhia devolveu ao acionista controlador, Estado de Minas Gerais, a totalidade da sua participação na Helibras, mediante redução do capital social.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos no montante de R\$51.127 mil no exercício. Essas receitas foram superiores em 7% às auferidas no exercício anterior, quando somaram R\$47.997 mil. Os dividendos e JCP distribuídos pela Cemig representam cerca de 99% dessas receitas.

Em decorrência do desinvestimento na Helibras, a Companhia registrou em suas demonstrações o valor de R\$42.465 mil relativo a reclassificação de outros resultados abrangentes para resultado.

3.5 Convênios

Durante este exercício, a Companhia deu continuidade ao seu programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com interveniência e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais.

A MGI repassou aos convenentes, neste exercício, o montante de R\$133,9 milhões referentes a convênios celebrados em 2016 e a parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores. Em 2013, 2014 e 2015, foram repassados R\$1,05 bilhões. Os recursos repassados são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuários, recuperação e manutenção de rodovias. Os valores acima estão apresentados líquidos das devoluções recebidas dos convenentes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. Os recursos destinados aos convênios originam-se de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador Estado de Minas Gerais.

A prestação de contas desses convênios deve ser apresentada pelo Conveniente à MGI em até 90 dias após o vencimento dos convênios ou dos aditamentos efetuados. Essa prestação de contas tem como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores atualizados repassados aos convenentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta em seus controles internos o total de 849 convênios vencidos. Desse universo, 152 convênios, até a data destas demonstrações, já prestaram contas ou ainda não estão sujeitos a prestação de contas, conforme tabela abaixo:

Situação dos Convênios	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Convênios vencidos há mais de 90 dias	849	799.226
Convênios não publicados cf. Resolução Estadual 016 e 026 de 2016	(98)	(33.980)
Aprovados e Aprovados com Ressalva	(29)	(9.796)
Em análise na MGI e Encerrados	(7)	(1.888)
Possibilidade de Convalidação (pode voltar a ser vigente)	(18)	(5.590)
TOTAL de convênios pendentes de prestação de contas	697	747.972

Os 697 convênios pendentes de prestação de contas representam um montante de R\$ 747.972. Desse total, 321 convênios tiveram suas prestações de contas protocolizadas nas Secretarias de Estado, a quem compete, por delegação, a análise preliminar da prestação de contas – inspeção física e auditoria da execução financeira –, para posterior emissão de parecer técnico recomendando a aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação das contas.

Em relação aos 376 convênios restantes, estes são objeto de medidas administrativas para regularização da omissão no dever de prestar contas.

A administração tem efetuado cobranças junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar a referida prestação de contas e aprimorado os seus controles internos no sentido de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais.

3.6 Subsidiária Integral

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo

obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos.

No exercício de 2016, foram pagos como contraprestações aos parceiros privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$213.379 mil. No exercício de 2015, foram pagos R\$262.435 mil.

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios não de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$1.061 mil com a venda de 26 imóveis.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Selecionados	31/12/2016	31/12/2015	Variação
4.1 Receita Operacional Líquida	275.149	297.067	(7%)
4.2 Custo Operacional	(287.842)	(263.710)	9%
4.3 Resultado Operacional Bruto	(12.693)	33.357	(138%)
4.4 Resultado Financeiro Líquido	34.422	54.550	(37%)
4.5 LAJIDA	(167.813)	(663.538)	(75%)
LAJIDA ajustado	(21.995)	26.230	(184%)
4.6 Lucro Líquido	(133.435)	(611.512)	(78%)

4.1 Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Receitas de atualização monetária	128.635	129.871	(1%)
Amortização ajuste reconhecimento inicial DCA	90.473	110.386	(18%)
Receita de participação acionária	51.127	47.997	7%
Receitas de recuperação de créditos	4.985	7.800	(36%)
Receitas de serviços	1.934	2.049	(6%)
Receitas de vendas de imóveis	1.041	1.166	(11%)
Impostos sobre serviços (ISS)	(97)	(102)	(5%)
PIS/COFINS	(2.949)	(2.100)	40%
TOTAL	275.149	297.067	(7%)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$275.149 mil, 7% inferior ao exercício de 2015, quando alcançou R\$297.067 mil.

A receita mais expressiva neste exercício foi a variação monetária ativa, proveniente da carteira de direitos de crédito autônomos, que alcançou R\$128.635 mil, representando 47% da Receita Operacional Líquida. No exercício de 2015, essa receita totalizou R\$129.871 mil, havendo, portanto, uma pequena redução de 1% em 2016.

O fator preponderante para a redução da receita operacional líquida foi o decréscimo da receita de amortização do ajuste no reconhecimento inicial dos direitos de crédito autônomos. Essa receita,

correspondente a 33% da receita operacional líquida de 2016, apresentou redução de 18%, passando de R\$110.386 mil em 2015 para R\$90.473 mil em 2016.

4.2 Custo Operacional

Custo Operacional (R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Juros sobre debêntures	223.029	210.108	6%
Amortização ajuste reconhecimento inicial debêntures	54.345	40.604	34%
Pessoal	4.511	3.784	19%
Obrigações por repasse	2.217	4.360	(49%)
Custos dos imóveis vendidos	1.549	1.805	(14%)
Amortização de custos de transação	1.109	1.769	(37%)
Serviços de terceiros	613	827	(26%)
Despesas judiciais	291	331	(12%)
Demais custos	178	122	46%
TOTAL	287.842	263.710	9%

O custo operacional totalizou R\$287.842 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, superior em 9% ao exercício anterior, quando atingiu R\$263.710 mil.

O custo mais expressivo é composto pelos juros sobre as debêntures emitidas, que totalizaram R\$223.029 mil neste exercício, representando 77% do custo total. Esse custo apresentou pequeno crescimento de 6% em relação ao exercício anterior.

Outro fator impactante no crescimento do custo operacional foi o aumento de 34% no custo de amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures, que totalizou R\$54.345 mil em 2016, correspondente a 19% do custo operacional do exercício.

Os demais custos apurados no exercício foram pouco representativos para os resultados da Companhia.

4.3 Resultado Operacional Bruto

O decréscimo da receita operacional líquida e o aumento do custo operacional ocasionaram prejuízo bruto de R\$12.693 mil no exercício de 2016. No exercício anterior, a Companhia apresentou lucro bruto de R\$33.357 mil.

4.4 Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu 37%, de R\$54.550 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$34.422 mil em 31 de dezembro de 2016.

Os resultados foram alcançados por meio de criterioso controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permearam as taxas DI a custos administrativos ínfimos (taxa de adm.). A redução se deu pela diminuição do montante aplicado.

4.5 LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA e LAJIDA ajustado (R\$ mil) (*)	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Resultado do Período	(133.435)	(611.512)	(78%)
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	-	2.471	(100%)
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(34.422)	(54.550)	(37%)
(+) Depreciação e Amortização	44	53	(17%)
LAJIDA (a)	(167.813)	(663.538)	(75%)
(-) Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	(1.015)	(19.469)	(95%)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	(104.631)	66.991	(256%)
(+) Reclassificação de Outros Resultados Abrangentes para Resultado	42.465	-	-
(+) Provisão para Perdas em Participações Societárias	-	467.955	(100%)
(+) Impairment dos Imóveis Disponíveis para Venda	2.137	-	-
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	206.862	174.291	19%
LAJIDA AJUSTADO (b)	(21.995)	26.230	(184%)

(*) O LAJIDA e LAJIDA ajustado foram calculados conforme disposto na Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

(a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando o disposto no Art. 3º da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A Companhia apurou, em 31 de dezembro de 2016, LAJIDA negativo de R\$167.813 mil, enquanto no exercício anterior apurou-se o LAJIDA negativo de R\$663.538 mil.

(b) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos seguintes efeitos:

- Equivalência patrimonial referente à participação na Helibras;
- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis e aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações;
- Reclassificação de outros resultados abrangentes para resultado em decorrência da alienação da participação na Helibras;
- Provisão para perdas em participações societárias decorrente dos investimentos na Cemig e na Copasa;
- Impairment dos imóveis disponíveis para venda (de propriedade da subsidiária EMIP);
- Impairment dos direitos de crédito autônomos.

Apurou-se LAJIDA ajustado negativo de R\$21.995 mil no exercício de 2016. No exercício anterior, esse indicador foi positivo no valor de R\$26.230 mil.

4.6 Resultado Líquido

A Companhia apresentou prejuízo líquido R\$133.435 mil no exercício de 2016, inferior em 78% ao prejuízo apurado em 2015, de R\$611.512 mil. O resultado de 2015 foi fortemente impactado pelas provisões para perdas em participações societárias, que totalizaram R\$467.955 mil. No exercício de 2016, em virtude da valorização das ações da Cemig e da Copasa, não houve provisão para perdas, o que justifica a expressiva redução do prejuízo.

Os principais fatores que contribuíram para o prejuízo de R\$133.435 mil apurado no exercício de 2016 foram o crescimento dos custos operacionais atrelados às debêntures emitidas em detrimento da redução das receitas operacionais atreladas aos direitos de crédito autônomos, bem como o valor expressivo do impairment dos direitos de crédito autônomos, que totalizou R\$206.862 mil no exercício de 2016.

5 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Em razão do prejuízo apurado, a Companhia não declarou nos exercícios de 2016 e 2015 pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

6 ACESSO A INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar a informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, estados, municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam a pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site www.mgipart.com.br. Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links “Concursos, Debêntures, Editais, Institucional, Conselho de Ética, Imóveis e Transparência”, de forma objetiva e em linguagem acessível.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu “Fale Conosco” – onde é possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

7 POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instrução MGI nº 358, de 03 de janeiro de 2002, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23/05/2012.

As âncoras para a divulgação de informações estão representadas pelo “Sistema de Informações Periódicas e Eventuais – IPE” e pelo Programa “Empresas Net”, ambos da CVM.

Em atendimento à Instrução CVM nº 547 de 05 de fevereiro de 2014 a Companhia também divulga seus fatos relevantes no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação editado em Belo Horizonte/MG e em sua página na internet: www.mgipart.com.br.

8 AUDITORIA INDEPENDENTE

À Administração cumpre esclarecer que a prestação de serviços por auditores independentes restringe-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras, não havendo a prestação de outros serviços.

9 AGRADECIMENTOS

A administração da MGI considera cumpridas as principais ações e metas propostas para o exercício de 2016 e agradece o apoio e a orientação recebidos da Secretaria de Estado de Fazenda, da Advocacia Geral do Estado, dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como destaca a competência e o profissionalismo de seus empregados e colaboradores, responsáveis pela consecução dos objetivos atingidos.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2016

A Administração

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.167	228.772	7.307	229.776
Titulos e valores mobiliários	6	252.701	158.359	252.701	158.359
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	118.268	145.899	117.511	145.798
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7.a	20.325	11.782	20.325	10.626
Tributos a recuperar	9	13.171	34.385	13.346	35.748
Imóveis para venda		-	-	6.224	9.878
Outras contas		151	123	181	143
Total do ativo circulante		411.783	579.320	417.595	590.328
Titulos e valores mobiliários	6	-	35.271	-	35.271
Contas a receber de clientes e outros créditos	7	1.026.098	954.417	1.067.126	995.160
Opções flexíveis de venda	8	59.477	38.770	59.477	38.770
Tributos a recuperar	9	24.407	-	25.629	-
Depósitos judiciais	10	3.816	3.761	3.907	3.761
Investimentos em controlada/coligada	11	47.903	54.038	-	3.061
Outros investimentos	12	67.814	73.631	67.814	73.631
Imobilizado		121	139	122	141
Intangível		22	16	22	16
Total do ativo não circulante		1.229.658	1.160.043	1.224.097	1.149.811
Total do ativo		1.641.441	1.739.363	1.641.692	1.740.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015
Fornecedores e outras contas a pagar		244	153	244	153
Salários e encargos sociais		916	783	937	800
Tributos a recolher		3.096	1.975	3.244	2.048
Debêntures	13	80.629	151.834	80.629	151.834
Obrigações por repasse	14	14.327	12.094	14.409	12.780
Total do passivo circulante		99.212	166.839	99.463	167.615
Opções flexíveis de compra	8	152.802	105.761	152.802	105.761
Debêntures	13	1.184.538	970.428	1.184.538	970.428
Obrigações por repasse	14	20.152	2.160	20.152	2.160
Passivo fiscal diferido	15	6.805	7.346	6.805	7.346
Total do passivo não circulante		1.364.297	1.085.695	1.364.297	1.085.695
Total do passivo		1.463.509	1.252.534	1.463.760	1.253.310
Patrimônio líquido	17				
Capital social		1.080.957	1.341.026	1.080.957	1.341.026
Ações em tesouraria		(5)	(5)	(5)	(5)
Prejuízos acumulados		(914.272)	(822.016)	(914.272)	(822.016)
Ajuste de avaliação patrimonial		11.252	(32.176)	11.252	(32.176)
Total do patrimônio líquido		177.932	486.829	177.932	486.829
Total do passivo e patrimônio líquido		1.641.441	1.739.363	1.641.692	1.740.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015
Receita	18	274.205	296.006	275.149	297.067
Custos	19	(286.293)	(261.905)	(287.842)	(263.710)
Resultado bruto		(12.088)	34.101	(12.693)	33.357
Despesas administrativas		(7.985)	(5.846)	(9.740)	(7.210)
Outras receitas (despesas)		390	29	394	30
Resultado de equivalência patrimonial	11	(3.215)	24.336	1.015	19.469
Resultado de ajustes a valor justo		104.631	(66.991)	104.631	(66.991)
Reclassificação de ORA para Resultado	11.i	(42.465)	-	(42.465)	-
Provisão para perdas em participações societárias	12.a	-	(467.955)	-	(467.955)
Perda na recuperação de imóveis para venda		-	-	(2.137)	-
Perda na recuperação de direitos creditórios	7.c	(206.862)	(174.291)	(206.862)	(174.291)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(167.594)	(656.617)	(167.857)	(663.591)
Receitas financeiras	20	34.560	45.613	34.869	55.114
Despesas financeiras	20	(401)	(508)	(447)	(564)
Receita (despesas) financeiras, líquidas		34.159	45.105	34.422	54.550
Resultado antes dos impostos		(133.435)	(611.512)	(133.435)	(609.041)
Impostos de renda	15	-	-	-	(1.811)
Contribuição social	15	-	-	-	(660)
		-	-	-	(2.471)
Resultado do exercício		(133.435)	(611.512)	(133.435)	(611.512)
Resultado p/ lote de mil ações (básico e diluído em R\$)	18.f	(232)	(1.062)	(232)	(1.062)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015
Resultado do exercício		(133.435)	(611.512)	(133.435)	(611.512)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Outros resultados abrangentes					
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	12.a	(3.557)	(495.632)	(3.557)	(495.632)
Provisão para perdas de investimentos		-	411.226	-	411.226
Instrumento Patrimonial reclassificado para Resultado	11.i	42.465	-	42.465	-
Participação no resultado abrangente de coligada		3.978	(26.653)	3.978	(26.653)
		42.886	(111.059)	42.886	(111.059)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	15	542	28.698	542	28.698
Resultado abrangente total		(90.007)	(693.873)	(90.007)	(693.873)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de dezembro de 2015 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social			Reclassificações PPP's e	Ações em tesouraria	Prejuízos Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	Total
		Capital social	Capital social a	Afac					
Saldo ajustado em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)		1.459.192	-	-	(407.040)	(5)	(31.228)	50.185	1.071.104
Aumento de capital	17	1.359.898	(95.000)	-	-	-	(179.276)	-	1.085.622
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	(611.512)	-	(611.512)
Variação no valor justo dos investimentos		-	-	-	-	-	-	(495.632)	(495.632)
Participação no resultado abrangente de coligada		-	-	-	-	-	-	(26.653)	(26.653)
Tributos s/ variação no valor justo dos investimentos		-	-	-	-	-	-	28.698	28.698
Provisão para perdas de investimentos		-	-	-	-	-	-	411.226	411.226
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	140.310	-	-	-	-	140.310
Integralização de capital		-	23.750	-	-	-	-	-	23.750
Reclassificação para obrigações por repasses-PPPs		-	-	-	(54.460)	-	-	-	(54.460)
Reclassificação para obrigações por repasses-Convênios		-	-	-	(1.085.624)	-	-	-	(1.085.624)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		2.819.090	(71.250)	140.310	(1.547.124)	(5)	(822.016)	(32.176)	486.829
Aumento de capital	17.a	668.439	(424.872)	(140.310)	-	-	-	-	103.257
Redução de capital	17.a	(8.053)	-	-	-	-	-	-	(8.053)
Readequação do capital	17.a	(41.179)	-	-	-	-	41.179	-	-
Prejuízo líquido do exercício	17.f	-	-	-	-	-	(133.435)	-	(133.435)
Variação no valor justo dos investimentos	12.a	-	-	-	-	-	-	(3.557)	(3.557)
Tributos s/ variação no valor justo dos investimentos	15	-	-	-	-	-	-	542	542
Participação no resultado abrangente de coligada		-	-	-	-	-	-	46.443	46.443
Reclassificação para obrigações por repasses-PPPs	11.ii	-	-	-	(213.094)	-	-	-	(213.094)
Reclassificação para obrigações por repasses-Convênios	21	-	-	-	(101.000)	-	-	-	(101.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		3.438.297	(496.122)	-	(1.861.218)	(5)	(914.272)	11.252	177.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Notas	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do Exercício	(133.435)	(611.512)	(133.435)	(611.512)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	44	53	44	53
Baixa de ativo imobilizado	-	(26)	-	(26)
Baixa de investimento	42.466	-	42.466	-
Provisão para perdas de investimentos	-	467.955	-	467.955
Redução ao valor recuperável	206.862	174.291	208.999	174.291
Resultado de ajustes a valor justo	(119.066)	66.991	(119.066)	66.991
Reclassificação de AVJ por meio do resultado	(21.693)	-	(21.693)	-
Despesa com provisão férias, 13º sal. e encargos	-	36	-	36
Resultado de equivalência patrimonial	11 3.215	(24.336)	(1.015)	(19.469)
Atualização de títulos e valores mobiliários	-	(110.387)	-	(110.387)
Rendimento negativo de debêntures	-	40.605	-	40.605
Custo de transação a amortizar	19 1.109	1.769	1.109	1.769
Varição monetária líquida	94.395	80.238	94.395	80.238
	73.897	85.677	71.804	90.544
(Aumento)/Diminuição de contas a receber (exceto juros sobre o capital próprio e dividendos)	7 (2.389)	(101)	(216.267)	(48)
(Aumento)/Diminuição de juros sobre o capital próprio e dividendos	7.a (9.699)	1.587	(8.543)	1.587
(Aumento)/Diminuição de tributos a recuperar	9 (3.193)	(7.904)	(3.226)	(7.703)
(Aumento)/Diminuição de títulos e valores mobiliários	6 (59.071)	11.449	(59.071)	(49.351)
(Aumento)/Diminuição de depósitos judiciais	10 (55)	59	(146)	59
(Aumento)/Diminuição de outras contas do ativo	(28)	47	1.478	1.799
Aumento/(Diminuição) de fornecedores	91	(108)	91	(108)
Aumento/(Diminuição) de salários e encargos sociais	133	44	136	53
Aumento/(Diminuição) de tributos a recolher	1.121	558	1.196	354
Aumento/(Diminuição) obrigações por repasses	14 20.225	4.553	19.621	5.221
Recebimentos de créditos autônomos	7 121.801	170.084	121.801	170.084
Reclassificação para obrigações por repasses-Convênios	17 (101.000)	-	(101.000)	-
Caixa gerado nas atividades operacionais	41.833	265.945	(172.126)	212.491
Venda de ativo imobilizado	-	49	-	49
Aquisições imobilizado/intangível	(32)	(15)	(32)	(17)
Aquisição de investimento	(17.992)	-	(17.992)	-
Aumento de capital em controlada/coligada	(213.094)	(54.460)	-	-
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(231.118)	(54.426)	(18.024)	32
Juros pagos sobre debêntures subordinadas	(8.104)	-	(8.104)	-
Juros pagos sobre debêntures 3ª emissão	13 (9.013)	(16.702)	(9.013)	(16.702)
Juros pagos sobre debêntures 5ª emissão	13 (68.848)	(140.940)	(68.848)	(140.940)
Amortização de debêntures 3ª emissão	13 (49.612)	(54.320)	(49.612)	(54.320)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	140.310	-	140.310
Integralização de capital	17 103.257	23.750	103.258	23.750
Custo de transação da 5ª emissão	-	(99)	-	(99)
Caixa proveniente de (usado em) atividades de financiamento	(32.320)	(48.001)	(32.319)	(48.001)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(221.605)	163.518	(222.469)	164.522
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7.167	228.772	7.307	229.776
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	228.772	65.254	229.776	65.254
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(221.605)	163.518	(222.469)	164.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Receitas de serviços	1.934	2.049	2.975	3.215
Receitas de recuperação de créditos	4.985	7.800	4.985	7.800
Receitas de atualização de crédito	128.634	240.258	128.634	240.258
Outras receitas	390	29	394	30
Receitas	135.943	250.136	136.988	251.303
Custos dos produtos e serviços vendidos	-	-	(1.545)	(1.805)
Custos processuais	(290)	(331)	(290)	(331)
Serviços tomados de terceiros	(1.005)	(1.158)	(1.150)	(1.254)
Despesas administrativas	(3.381)	(1.779)	(4.160)	(2.621)
Provisão para perdas de investimentos	(49.920)	(467.955)	-	(467.955)
Perda/Recuperação de valores ativos	(206.862)	(174.291)	(208.999)	(174.291)
Insumos adquiridos de terceiros	(261.458)	(645.514)	(216.144)	(648.257)
Valor adicionado bruto	(125.515)	(395.378)	(79.156)	(396.954)
Depreciação e amortização	(44)	(53)	(44)	(53)
Valor adicionado líquido	(125.559)	(395.431)	(79.200)	(397.007)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.215)	24.336	1.015	19.469
Resultado de ajustes a valor justo	140.759	(66.991)	90.839	(66.991)
Receitas de participações acionárias	58.581	47.997	58.581	47.997
Receitas financeiras	42.495	50.110	42.816	59.686
Valor adicionado total a distribuir	113.061	(339.979)	114.051	(336.846)
Remuneração direta	4.466	3.998	4.466	3.998
Benefícios	724	643	724	643
FGTS	304	268	304	268
Pessoal	5.494	4.909	5.494	4.909
Remuneração direta	1.660	1.259	2.332	1.592
FGTS	133	101	154	119
Diretoria e conselhos	1.793	1.360	2.486	1.711
Federais	12.259	7.768	12.549	10.486
Estaduais	-	2	-	2
Municipais	154	103	161	110
Impostos, taxas e contribuições	12.413	7.873	12.710	10.598
Alugueis	40	40	40	40
Obrigação por repasse	2.217	4.360	2.217	4.360
Despesas financeiras	401	42.883	401	42.940
Juros	223.029	210.108	223.029	210.108
Custo de transação de debêntures	1.109	-	1.109	-
Remuneração de capitais de terceiros	226.796	257.391	226.796	257.448
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-
Reservas legal	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-
Resultado do exercício	(133.435)	(611.512)	(133.435)	(611.512)
Remuneração de capitais próprios	(133.435)	(611.512)	(133.435)	(611.512)
Distribuição do valor adicionado	113.061	(339.979)	114.051	(336.846)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”) é uma pessoa jurídica de direito privado, organizada sob a forma de sociedade anônima, de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais (“EMG”), vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (“SEF”).

Os principais objetivos da Companhia são:

- a) Participar na formação acionária de empresas situadas no território mineiro, em fase de instalação, modernização ou expansão, que apresentem índices técnicos e econômico-financeiros satisfatórios, bem como participar de projetos de desenvolvimento regional de interesse público que, elaborados em conjunto com a Administração Pública do EMG, tenham por objetivo o desenvolvimento das atividades econômicas nos setores agrícola, industrial, comercial e de serviços no EMG;
- b) Promover associações de empresas, mesmo que delas não participe acionariamente, a fim de ampliar o parque industrial e agroindustrial mineiro;
- c) Prestar apoio técnico e de gestão administrativa na política de privatização do EMG, nos termos da legislação em vigor;
- d) Assessorar os dirigentes da SEF e colaborar com o Sistema Estadual de Finanças nos assuntos relacionados com as participações acionárias do EMG;
- e) Realizar operações de aquisição de créditos do EMG, conforme previsto em leis estaduais, e a captação de recursos com o objetivo de aquisição de tais créditos, por meio de operações de mercado de capitais, podendo prestar garantias reais para tanto;
- f) Prestar serviços de Administração de Ativos, por conta e ordem dos contratantes, em especial de órgãos, entidades e empresas integrantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo:
 - i) alienação de bens não de uso, observado o procedimento licitatório próprio (concorrência ou leilão), bem como a execução dos atos preparatórios respectivos (avaliação prévia e outros) aplicáveis a estes;
 - ii) administração de créditos, promovendo cobrança administrativa dos que integram carteira ativa e dos créditos em liquidação, realizar acordos e acompanhar a regularidade dos respectivos pagamentos, tudo em conformidade com as normas cabíveis e as orientações do contratante.
- g) Criação e/ou participação em empresa destinada a fomentar a política estadual de concessões e de parcerias público-privadas, podendo, para tanto, contratar e assumir obrigações, inclusive de natureza financeira relacionada às contraprestações pecuniárias ou de quaisquer outras naturezas, e prestar garantias nos contratos das espécies;
- h) Atuar como mandatária do Estado em contratos de concessões e de parcerias público-privadas;
- i) Promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios ou outros instrumentos congêneres, com vistas à contratação, construção, ampliação, aquisição e cessão de bens móveis e/ou imóveis, bem como a realização e/ou contratação de projetos e pesquisas

de interesse da administração pública estadual;

Contexto operacional da subsidiária integral

Em conformidade com a Lei Estadual n.º 19.968, de 26/12/2011, a MGI constituiu uma subsidiária integral denominada EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., cujos principais objetivos estão vinculados a titular, administrar e explorar os ativos integrantes de seu patrimônio, estruturar e implementar operações com vistas à captação de recursos financeiros, assumir obrigações e ser mandatária do Estado em relação com as parcerias público-privadas (PPP), elaborar estudos técnicos com vistas às concessões e PPP, auxiliar no desenvolvimento de projetos de infraestrutura, podendo assumir obrigações, prestar garantias, celebrar contratos ou convênios de cooperação técnica com a administração direta e/ou terceiros, participar ou constituir fundos, sociedades, consórcios e outras formas de investimentos ou empreendimentos voltados para o Estado e a qualquer tempo poderá receber ativos para a realização do seu objeto.

A MGI – Minas Gerais Participações S.A. possui 100% do capital social da referida Empresa em 31 de dezembro de 2016.

Aspectos operacionais

Por força de contrato celebrado com o EMG por meio da SEF, a Companhia realiza a prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG em decorrência da extinção da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (“Minascaixa”) e, também, dos ativos adquiridos pelo EMG no processo de alienação do controle acionário do Banco do Estado de Minas Gerais (“Bemge”) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (“Credireal”).

A Companhia atua, também, na recuperação de créditos próprios (“créditos em liquidação”), adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal mediante contrato de cessão de créditos. Por força do contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e o Bemge, 90% do resultado líquido positivo semestral da recuperação dos créditos é distribuído aos ex-acionistas do Bemge, conforme posição acionária em 29 de junho de 1998, dos quais o EMG possui 77,22% de participação. A distribuição é provisionada mensalmente e ajustada ao fim do semestre. Em relação à recuperação de créditos oriundos do Credireal, 100% do resultado apurado pertence à Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as receitas provenientes da recuperação de créditos totalizaram R\$4.985 e R\$7.800, respectivamente (veja nota 18).

Conforme autorizado pela Lei Estadual nº 19.266, de 17 de dezembro de 2010, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012 do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários vencidos, reconhecidos pelos respectivos contribuintes (“Contribuintes”), objeto de parcelamentos administrativos (“Parcelamentos”) referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS (“Créditos Tributários”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do EMG (“Direitos de Crédito Autônomos” – vide nota 7.c).

A realização dos Direitos de Crédito Autônomos no valor de R\$530.221, em 31 de dezembro de 2016, objeto do Contrato de Cessão Onerosa, depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto.

Adicionalmente, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente poderão ter sua liquidez afetada caso haja o aumento da inadimplência. (veja nota 7.c)

A aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos foi feita por intermédio da segunda Emissão de Debêntures Subordinadas, no montante de R\$1.819.000 (“Debêntures Subordinadas”), totalmente subscritas pelo EMG. Em seguida, a carteira de direitos creditórios foi dada como garantia para a Terceira Emissão de Debêntures Simples (“Debêntures Seniores”), não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em série única, no montante de R\$ 316.000 (vide nota 13.b), cujo recebimento líquido foi usado para amortizar as Debêntures Subordinadas.

Em 26 de novembro de 2015, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação. Esta emissão totalizou 650 debêntures de valor unitário de R\$1.000. A garantia das debêntures emitidas é dada pela alienação fiduciária de 4.441.416 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG (CMIG4), de titularidade da MGI, pela cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de Contrato de Hedge, pela cessão fiduciária de direitos creditórios de Contrato de Empréstimo de Ações, por meio do qual foram emprestadas ao Banco de Investimentos Credit Suisse 74.141.429 ações CMIG4 (vide nota 12.a1), e pela cessão fiduciária da conta vinculada à operação, em que são depositados os proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, bonificações) relativos às ações alienadas e emprestadas.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 29 de março de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos: determinados instrumentos financeiros, mensurados por seus valores justos por meio do resultado; participação em coligada, mensurada pelo método de equivalência patrimonial; ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo; e ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com o CPC / IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 10 – Depósitos judiciais
- Nota 12 – Outros investimentos
- Nota 13 – Debêntures
- Nota 14 – Obrigações por repasse

As informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 07 – Contas a receber de clientes e outros créditos
- Nota 08 – Opções flexíveis de ações
- Nota 10 – Depósitos judiciais
- Nota 12 – Outros investimentos
- Nota 13 – Debêntures
- Nota 14 – Obrigações por repasse

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, conforme detalhado na nota explicativa 1.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas as demonstrações financeiras individuais da subsidiária integral (EMIP) na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados da empresa incluída na consolidação, efetuando-se as seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b. Investimento em Coligada

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que ocorreram. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro não é reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da

titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e outros créditos e outros investimentos (notas 5,6,7 e 12).

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado estão representados por Direitos Creditórios Credit Suisse e Opções flexíveis de ações (notas 7.e 8).

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, esses ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão representados por títulos e valores mobiliários (veja nota 6).

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos (veja notas 5 e 7).

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa e CDBs com rentabilidade diária e sem carência para resgate, que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e que são usados na quitação das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou liquidada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e obrigações por repasse (notas 13 e 14).

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. A companhia não possui ações preferenciais.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando devidos, são creditados durante o exercício de competência.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos como outras receitas (despesas) no resultado.

ii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual estimado.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas do imobilizado, já que esse método é o que mais se aproxima do padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Esses ativos estão representados por programas (*softwares*) não customizados adquiridos pela Companhia.

ii. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual. É reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais se aproxima do padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e reconhecida no resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia possui os seguintes ativos com ajuste ao valor recuperável: Direitos Creditórios Autônomos (veja nota 7.c), crédito a receber junto a Góes Cohabita (operação de mútuo) decorrente de alienação de participação acionária no Banco Agrimisa (veja nota 7.d) e outros investimentos (ações da CEMIG e COPASA), conforme demonstrada na nota 12.a.

Em relação aos Direitos Creditórios Autônomos, a perda no valor recuperável é dada pelo montante provável de perda da carteira (Perda Estimada), decorrente de inadimplência ou de default, conforme estabelecido na nota explicativa 23.e.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Receita operacional

i. Serviços

A receita de prestação de serviços de administração de ativos recepcionados pelo EMG é reconhecida no resultado tendo como base o mês de emissão da nota fiscal, que ocorre semestralmente, conforme definido no contrato de prestação de serviço.

ii. Recuperação de créditos e Direitos de Crédito Autônomos

As receitas de recuperação de créditos adquiridos pela Companhia junto aos bancos Bemge e Credireal, por se tratarem de créditos contingentes decorrentes de operações de crédito com qualidade deteriorada

e, portanto, registrados como créditos em liquidação nas instituições financeiras de origem, são reconhecidas somente no momento do efetivo recebimento financeiro.

Os Direitos de Crédito Autônomos são atualizados de acordo com as legislações e resoluções fiscais, que definem a taxa Selic, aplicada sobre o montante inicial do parcelamento (juros simples), como a taxa de correção dos parcelamentos. Essa atualização é considerada parte da receita operacional da Companhia.

iii. Receitas de participações acionárias

As receitas de participações acionárias são representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos registrados pelo valor justo ou custo histórico, quando aplicável.

As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de atualização de créditos tributários, aplicações em fundos e CDBs e rendimentos de títulos e valores mobiliários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com variações negativas de ativos financeiros, encargos financeiros incidentes sobre passivos e despesas bancárias diversas.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente é reconhecida no resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, relacionados a ajustes de avaliação patrimonial de ativos mensurados pelo valor justo, são classificados como passivos fiscais diferidos, cuja variação encontra-se reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não foi reconhecido por falta de evidências convincentes de que haverá lucro tributável para compensação futura dos prejuízos fiscais.

k. Informação por segmento

A Administração entende haver apenas um segmento operacional, identificado a partir da maneira pela qual os processos são organizados dentro da Companhia para a tomada de decisões operacionais e para a avaliação de desempenho. As informações financeiras são divulgadas da mesma maneira e baseadas nas mesmas políticas como são reportadas internamente e utilizadas pelo principal gestor ou grupo de pessoas que tomam decisões sobre os recursos a serem alocados e avaliam o seu desempenho.

l. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (*Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, inclui um novo modelo de perda estimada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a comercialização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com a adoção antecipada permitida.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S.GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir ou após 1º de janeiro de 2017, com a adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

4.1 Mensuração

a. Investimentos em instrumentos patrimoniais

O valor justo de instrumentos patrimoniais é apurado tendo como referência seus preços de fechamento na data de apresentação das informações financeiras e, se não há cotação de mercado, através de técnica de “*valuation*”. Técnicas de “*valuation*” aplicadas incluem múltiplos de mercado e fluxos de caixa descontados, usando fluxos de caixa esperados e uma taxa de desconto de mercado (veja nota 23.o).

b. Direito Creditório – Credit Suisse

O Direito Creditório destacado na nota explicativa 7.e refere-se ao empréstimo das ações da CEMIG ao Banco de Investimentos Credit Suisse e, por ser um instrumento financeiro, é reconhecido pelo valor justo, que é calculado com base nas cotações da CEMIG.

c. Opções Flexíveis sobre ações

As opções flexíveis sobre ações foram precificadas a valor justo conforme nota explicativa 8.

4.2 Divulgação

a. Direitos de Créditos Autônomos

O valor justo da carteira é dado pela diferença entre a exposição da carteira no momento do default (EAD) e a Perda Estimada (PE) da carteira, calculada conforme nota explicativa 23.e, somada à diferença entre o Valor Nominal (VN) da carteira e a EAD, menos o Ajuste a Valor Justo (AVJ),

explicado na nota 7.c(2), conforme exposto abaixo:

Período	EAD	Valor Nominal (VN)	Diferença (D=VN - EAD)	Perda Estimada (PE)	Ajuste a Valor Justo (AVJ)	Valor Justo (EAD + D - PE - AVJ)
2012	1.732.116	1.747.779	15.663	81.046	647.705	1.019.028
2013	1.705.363	1.617.806	(87.557)	256.514	494.836	866.456
2014	1.700.169	1.552.150	(148.019)	403.259	365.088	783.803
2015	1.715.616	1.475.198	(240.418)	577.550	254.702	642.946
2016	1.786.984	1.471.481	(315.503)	777.031	164.229	530.221

b. Debêntures Subordinadas

As debêntures subordinadas são contabilizadas pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos, na medida em que a diferença entre o valor da emissão (R\$1.819.000) e o valor justo da carteira cedida em troca das debêntures, no reconhecimento inicial (R\$1.084.000), é tratada como encargo financeiro.

c. Debêntures Seniores

Em função do processo de coleta de propostas - “bookbuilding” - cuja contratação ocorreu com partes não relacionadas, o montante captado, de R\$316.000, foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial das Debêntures Seniores.

d. Debêntures de 5ª Emissão

As debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), com intermediação de coordenadores, exclusivamente junto a Investidores Qualificados, no montante de R\$650.000, que foi considerado o valor justo desde o reconhecimento inicial.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	32	3	41	6
Aplicações financeiras	7.135	228.769	7.266	229.770
	7.167	228.772	7.307	229.776

As aplicações financeiras da Companhia e de sua subsidiária são de liquidez e rentabilidade diárias, representadas por fundos de renda fixa e fundos atrelados a depósitos interbancários com desempenho próximo à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Os Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) são remunerados a aproximadamente 100% do CDI, podendo ser resgatados a qualquer tempo. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre B2 e Aa1, baseado na agência Moody’s.

6 Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Arcelor Mittal	a.	3.279	2.960	3.279	2.960
Aplicações financeiras	b.	4.335	3.769	4.335	3.769
Aplicações financeiras vinculadas	c.	245.087	151.630	245.087	151.630
Circulante		252.701	158.359	252.701	158.359
Arcelor Mittal	a.	-	2.867	-	2.867
Aplicações financeiras vinculadas	c.	-	32.404	-	32.404
Não Circulante		-	35.271	-	35.271
TOTAL		252.701	193.630	252.701	193.630

Os títulos e valores mobiliários da Companhia são classificados como mantidos até o vencimento e referem-se a:

- 54.914 debêntures de emissão da Belgo Mineira Participações Ind. Com. S.A. (incorporada pela Arcelor Mittal) atualizadas por IGP-M, com pagamento de parcelas semestrais, cuja última parcela vencerá em 30 de dezembro de 2017.
- Valor referente ao rendimento de aplicações financeiras da Companhia, inclusive das aplicações atreladas aos saldos das contas correntes destinadas aos pagamentos de convênios e das contraprestações em nome do Estado de Minas Gerais (EMG);
- Parte das aplicações financeiras e os saldos das contas correntes estão vinculados aos pagamentos das debêntures da segunda, da terceira e da quinta emissões. Essas contas foram abertas com a finalidade de atender às estruturas previstas nas respectivas escrituras. No escopo da terceira emissão, todos os recebimentos de parcelamentos tributários que compõem a carteira cedida à MGI são direcionados à Conta de Recebimento e, em seguida, são redirecionados para pagamento mensal da próxima parcela vincenda de juros e de amortização das debêntures (Conta de Pagamento), para uma conta garantidora das próximas seis parcelas vincendas (Conta de Serviço da Dívida), e o saldo remanescente para uma conta de livre movimentação da MGI, de modo que as contas vinculadas mantenham saldo suficiente para quitar as próximas sete parcelas vincendas das debêntures, projetadas pelo agente fiduciário. A MGI pode usar até 90% do saldo dessa conta de livre movimentação para amortizar as debêntures subordinadas (segunda emissão). A quinta emissão de debêntures, que reestruturou a quarta emissão, cujos recursos captados foram destinados a programas sociais previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental do EMG, tem como uma de suas garantias uma conta vinculada na qual são depositados todos os proventos relativos às ações CMIG4 alienadas e emprestadas.

7 Contas a receber de clientes e outros créditos

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
JCP/Dividendos a receber - Parte Relacionada	a.	20.325	11.782	20.325	10.626
Valores a receber de clientes - Parte Relacionada	b.	1.756	8	1.756	8
Outras contas a receber diversos		80	94	80	94
Créditos a recuperar		15	15	15	15
Direitos de Créditos Autônomos	c.	112.483	140.311	112.483	140.311
Floating a creditar		3.177	5.370	3.177	5.370
Outras contas a receber EMIP - Parte Relacionada		757	101	-	-
Circulante		138.593	157.681	137.836	156.424
Direitos de Créditos Autônomos	c.	417.738	502.635	417.738	502.635
Contas a receber do EMG - Parte Relacionada		36.730	31.369	36.730	31.369
Valores a receber do Estado ref. PPP		-	-	41.028	40.743
Créditos a receber - Goes Cohabita	d.	5.105	5.105	5.105	5.105
Prov. para perdas de créditos a receber	d.	(5.105)	(5.105)	(5.105)	(5.105)
Direitos Créditorios - Credit Suisse	e.	571.630	420.413	571.630	420.413
Não Circulante		1.026.098	954.417	1.067.126	995.160
Total a receber de todos os créditos		1.164.691	1.112.098	1.204.962	1.151.584

- a.* Os dividendos e juros sobre o capital próprio (“JCP”) a receber decorrem dos investimentos da Companhia em participações acionárias. O saldo é composto, preponderantemente, pelos JCP a receber da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, que totalizam R\$20.172.
- b.* A Companhia possui com o EMG contrato de prestação de serviços firmado junto à Secretaria de Estado de Fazenda (“SEF”).
- c.* Direitos de Créditos Autônomos - Em 24 de julho de 2012, a Companhia firmou com o EMG contrato de cessão e aquisição de Direitos de Crédito Autônomos, tendo como intervenientes e anuentes o Itaú Unibanco S/A, a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, direitos estes livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios e preferências decorrentes da propriedade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos, condições e restrições estabelecidos neste Contrato de Cessão Onerosa e na Lei nº 19.266/10.

O valor nominal adquirido foi de R\$1.819.000, contudo, devido à natureza e à composição do total de créditos cedidos, no momento da transferência dos créditos, a Companhia apurou um valor de R\$1.821.160, sendo que a diferença de R\$2.160 será objeto de ajuste entre o EMG e a Companhia, conforme o primeiro aditamento ao contrato de cessão. Esta diferença teve como contrapartida a rubrica de obrigações por repasse (vide nota explicativa 14.d).

Os Direitos de Créditos Autônomos estão em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 31 de dezembro de 2016.

As parcelas a receber estão classificadas em circulante e não circulante, conforme demonstrado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)



	saldo em 31/12/2015	Movimentação	Renegociação	Varição AVJ e impairment	Atualização monetária	Recebimentos	Contas a receber do EMG	Saldo em 31/12/2016
Circulante	140.311	83.469	-	-	10.504	(121.801)	-	112.483
Não Circulante	1.575.305	(83.469)	75.084	-	118.130	-	(10.550)	1.674.500
Ajuste a valor justo	(254.702)	-	-	90.473	-	-	-	(164.229)
Impairment acumulado	(817.968)	-	(75.084)	(199.481)	-	-	-	(1.092.533)
Totais	642.946	-	-	(109.008)	128.634	(121.801)	(10.550)	530.221

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou a baixa do valor de R\$10.550 no valor da carteira referente a créditos arrecadados diretamente pelo EMG, que serão repassados à MGI ao término da operação (“contas a receber do EMG”), e a valores pagos nos últimos dois dias do mês, que serão recebidos pela MGI nos dois primeiros dias úteis do mês subsequente (floating a creditar).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 23.

A segregação da composição da conta dos Direitos de Créditos Autônomos não rompidos, conforme prazo de realização, está demonstrada abaixo:

CARTEIRA DE RECEBÍVEIS

CLASSIFICAÇÃO	SALDO DEVEDOR
Vencidos mas não rompidos	4.572
Até 12 meses	107.911
de 12 a 24 meses	88.429
de 24 a 36 meses	97.405
de 36 a 48 meses	73.284
de 48 a 60 meses	44.597
Após 60 meses	108.256
Total do valor nominal atualizado	524.454
Direitos Creditórios Rompidos (1)	1.262.529
Ajustes a valor justo (2)	(164.229)
Impairment acumulado (3)	(1.092.533)
Total	530.221

(1) Refere-se a créditos vencidos e não recebidos cuja inadimplência supera noventa dias, considerados rompidos pelas normas do parcelamento.

(2) Refere-se ao custo de transação da carteira, dado pela diferença entre o custo de aquisição da carteira e seu valor justo no reconhecimento inicial, e é contabilizado pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.

(3) Diferença entre o valor contábil e o valor justo da carteira, em 31/12/2016.

- d. A Companhia possui créditos ajuizados decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. em março de 1989, por ocasião da alienação da participação acionária no Banco Agrimisa S.A. Em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de junho de 2002 pela provisão da perda total do crédito, cenário este que permanece inalterado.

- e. Direitos Creditórios do Empréstimo de Ações, relativos a 74.141.429 ações CMIG4, correspondentes à obrigação assumida pelo Banco de Investimentos Credit Suisse de devolvê-las, conforme definido no Contrato de Empréstimo de Ações (Vide nota 12.a.1).

8 Opções flexíveis de ações

No escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram reestruturadas. Além do empréstimo de ações CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas) dos dez pregões imediatamente anteriores a data de vencimento de cada opção. A tabela abaixo mostra as opções de venda, de titularidade da Companhia, e as opções de compra, lançadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2016:

Data de Vencimento	Opções de Venda (Ativo)				Opções de Compra (Passivo)			
	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)	Lançador	Titular	Quantidade	Preço de Exercício (R\$)
12/07/2019	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
13/01/2020	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
13/07/2020	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/01/2021	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/07/2021	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/01/2022	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/07/2022	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/01/2023	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/07/2023	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/01/2024	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/07/2024	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
13/01/2025	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
14/07/2025	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/01/2026	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
13/07/2026	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/01/2027	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/07/2027	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/01/2028	Credit Suisse	MGI	4.068.206	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.206	13,31
12/07/2028	Credit Suisse	MGI	4.068.215	6,52	MGI	Credit Suisse	4.068.215	13,31
TOTAL			77.295.923				77.295.923	

O somatório dos prêmios referentes às opções de venda é equivalente ao somatório dos prêmios referentes às opções de compra, de modo que não houve pagamentos, nem recebimentos, relativos a essas opções.

As opções de venda correspondem a um ativo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja inferior ao preço de exercício, a Companhia receberá a diferença positiva entre o preço de exercício e o preço de liquidação, multiplicada pela quantidade de opções correspondente. As opções de compra, por sua vez, correspondem a um passivo para a Companhia, dado que, em cada data de vencimento, caso o preço de liquidação seja superior ao preço de exercício, a

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)



Companhia pagará a diferença positiva entre o preço de liquidação e o preço de exercício, multiplicada pela quantidade de opções correspondente.

Os seguintes parâmetros foram usados no cálculo do valor justo dessas opções:

Data Final	Volatilidade
12/07/2019	49,83%
13/01/2020	49,83%
13/07/2020	45,81%
12/01/2021	45,81%
12/07/2021	45,24%
12/01/2022	45,24%
12/07/2022	42,57%
12/01/2023	42,57%
12/07/2023	40,55%
12/01/2024	40,55%
12/07/2024	39,38%
13/01/2025	39,38%
14/07/2025	39,38%
12/01/2026	39,38%
13/07/2026	39,38%
12/01/2027	39,38%
12/07/2027	39,38%
12/01/2028	39,38%
12/07/2028	39,38%

As tabelas abaixo apresentam os resultados encontrados (2016 e 2015 respectivamente), por meio de cálculo feito usando a calculadora “OVME” do terminal Bloomberg:

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)



Data de Vencimento	Opções de Venda			Opções de Compra		
	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)	Valor justo unitário (R\$)	Quantidade	Valor Justo Total (R\$ mil)
12/07/2019	1,06	4.068.206	4.312	1,18	4.068.206	4.800
13/01/2020	1,10	4.068.206	4.475	1,40	4.068.206	5.695
13/07/2020	0,99	4.068.206	4.028	1,41	4.068.206	5.736
12/01/2021	1,00	4.068.206	4.068	1,57	4.068.206	6.387
12/07/2021	0,98	4.068.206	3.987	1,70	4.068.206	6.916
12/01/2022	0,97	4.068.206	3.946	1,84	4.068.206	7.485
12/07/2022	0,86	4.068.206	3.499	1,83	4.068.206	7.445
12/01/2023	0,84	4.068.206	3.417	1,94	4.068.206	7.892
12/07/2023	0,76	4.068.206	3.092	1,93	4.068.206	7.852
12/01/2024	0,74	4.068.206	3.010	2,02	4.068.206	8.218
12/07/2024	0,68	4.068.206	2.766	2,05	4.068.206	8.340
13/01/2025	0,66	4.068.206	2.685	2,13	4.068.206	8.665
14/07/2025	0,64	4.068.206	2.604	2,20	4.068.206	8.950
12/01/2026	0,61	4.068.206	2.482	2,27	4.068.206	9.235
13/07/2026	0,59	4.068.206	2.400	2,32	4.068.206	9.438
12/01/2027	0,57	4.068.206	2.319	2,38	4.068.206	9.682
12/07/2027	0,55	4.068.206	2.238	2,42	4.068.206	9.845
12/01/2028	0,52	4.068.206	2.115	2,47	4.068.206	10.048
12/07/2028	0,50	4.068.215	2.034	2,50	4.068.215	10.171
TOTAL		77.295.923	59.477		77.295.923	152.802

Data de Vencimento	Opções de Venda			Opções de Compra		
	Valor justo unitário	Quantidade (em milhares)	Valor Justo Total (em milhares de reais)	Valor justo unitário	Quantidade (em milhares)	Valor Justo Total (em milhares de reais)
12/07/2019	1,1119	3.610	4.013	0,8615	3.610	3.110
13/01/2020	0,9562	3.610	3.452	0,8945	3.610	3.229
13/07/2020	0,9027	3.610	3.258	1,0358	3.610	3.739
12/01/2021	0,7823	3.610	2.824	1,0714	3.610	3.867
12/07/2021	0,7357	3.610	2.656	1,1887	3.610	4.291
12/01/2022	0,6541	3.610	2.361	1,2434	3.610	4.488
12/07/2022	0,6091	3.610	2.199	1,3454	3.610	4.856
12/01/2023	0,5991	3.610	2.163	1,4940	3.610	5.393
12/07/2023	0,5614	3.610	2.027	1,5734	3.610	5.679
12/01/2024	0,5245	3.610	1.893	1,6459	3.610	5.941
12/07/2024	0,4848	3.610	1.750	1,7155	3.610	6.192
13/01/2025	0,4481	3.610	1.617	1,7768	3.610	6.414
14/07/2025	0,4179	3.610	1.508	1,8249	3.610	6.587
12/01/2026	0,3901	3.610	1.408	1,8653	3.610	6.733
13/07/2026	0,3612	3.610	1.304	1,9031	3.610	6.869
12/01/2027	0,3348	3.610	1.208	1,9340	3.610	6.981
12/07/2027	0,3109	3.610	1.122	1,9580	3.610	7.068
12/01/2028	0,2883	3.610	1.041	1,9771	3.610	7.136
12/07/2028	0,2675	3.610	966	1,9910	3.610	7.187
TOTAL			38.770			105.761

A MGI apresentou perdas de ajuste ao valor justo dos contratos de opções, que totalizaram durante o ano de 2016 o valor de R\$ 26.334 (R\$ 66.991 em 2015).

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL	a. 13.171	22.949	13.346	22.949
Imposto de Renda e Contribuição Social - estimativa	-	-	-	219
Tributos retidos	b. -	11.436	-	12.580
Ativo Circulante	13.171	34.385	13.346	35.748
Tributos a recuperar de IRPJ/CSLL	a. 14.735	-	15.932	-
Tributos retidos	b. 9.672	-	9.697	-
Ativo não Circulante	24.407	-	25.629	-
Total	37.578	34.385	38.975	35.748

a. Tributos a recuperar

Refere-se ao pagamento a maior de Imposto de Renda e Contribuição Social em anos anteriores, devidamente atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme legislação vigente. O saldo remanescente será compensado à medida que novos impostos a recolher forem apurados.

b. Tributos retidos

Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as aplicações financeiras, recebimento de Debêntures e JCP.

10 Depósitos judiciais

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cível	a. 3.233	3.178	3.324	3.178
Tributária	583	583	583	583
Total	3.816	3.761	3.907	3.761

- a. Depósitos judiciais para garantia de execução de operações de crédito (Créditos em Liquidação) e depósitos, arrestos e bloqueios judiciais (“penhoras *on-line*”) sobre contas correntes e aplicações financeiras da Companhia para garantias de honorários de sucumbência.

11 Investimentos em coligada e controlada

Mutação dos investimentos:

	Coligada	Controlada	
	Helibrás (i)	EMIP (ii)	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.061	50.977	54.038
Aplicação em subsidiária integral	-	1.156	1.156
Participação no resultado abrangente da coligada - parte relacionada	3.977	-	3.977
Equivalência patrimonial - parte relacionada	1.015	(4.230)	(3.215)
Baixa de participação em coligada	(8.053)	-	(8.053)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	47.903	47.903

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras da controlada:

	31/12/2016	31/12/2015
	Emip	Emip
Ativo circulante	6.594	12.265
Ativo não circulante	42.317	40.745
Total do Ativo	48.911	53.010
Passivo circulante	1.008	2.033
Patrimônio Líquido	47.903	50.977
Total do passivo e patrimônio líquido	48.911	53.010
Receita líquida	944	1.061
Resultado do período/exercício	(4.230)	4.867

i. Helicópteros do Brasil S.A. – HELIBRÁS S.A.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2015, participação acionária na Helibrás correspondente a 9,42% do Capital Social e 25% do Capital votante. Essa participação encontrava-se classificada como investimento em coligada em conformidade com CPC 18 e art. 243 da Lei 6.404/76 (redação dada pela Lei 11.941/09), uma vez que a Companhia detinha 25% de ações ordinárias com direito a voto e possuía representante no Conselho de Administração.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de junho de 2016 aprovou a devolução ao acionista controlador, Estado de Minas Gerais, da totalidade das ações de emissão da Helibrás pertencentes à MGI, no valor patrimonial de R\$8.053, mediante redução do capital social do Estado na MGI, gerando uma reclassificação de resultado abrangente para resultado do exercício no valor de R\$42.265.

ii. EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A.

A Companhia tem participação em 100% do capital social da EMIP - Empresa Mineira de Parcerias S.A. (Subsidiária Integral). A EMIP foi constituída inicialmente com um capital social de R\$533.274, totalmente subscrito e integralizado pela MGI. Em 2013, parte do seu capital, correspondente a R\$530.516, foi reclassificado para “Obrigações por Repasses”, tendo esses recursos a destinação de realizar os pagamentos das contraprestações pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados, das

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)



Parcerias Público-Privadas – Minas Arena, Gestores Prisionais Associados e Minas Cidadão Centrais de Atendimento.

Em 2014, houve redução do capital social da EMIP em R\$123.476, correspondente ao saldo acumulado de pagamentos de contraprestações de PPP's, tendo como contrapartida baixa dos valores a receber do Estado. Desse modo, o valor reclassificado para obrigações por repasse reduziu para R\$407.040.

No exercício de 2015, a MGI aportou na EMIP o montante de R\$54.460 e, no exercício de 2016, o montante de R\$213.094 destinado ao pagamento de PPP's, elevando para R\$674.594 o valor reclassificado para obrigações por repasse.

O quadro abaixo apresenta a relação de pagamentos de contraprestações efetuadas pela EMIP em nome do Estado aos parceiros privados.

Parcerias Público-Privadas	31/12/2015	movimentação	31/12/2016
	saldo inicial	adições	saldo final
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A	274.330	95.933	370.263
Gestores Prisionais Associados S/A - GPA	181.124	90.827	271.951
Minas Cidadão Centrais de Atendimento S.A	46.789	26.619	73.408
	502.243	213.379	715.622

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos, conforme CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme apresentado. No quadro abaixo segue o sumário da operação.

	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016 Divulgado		31/12/2016	Ajuste	31/12/2016 Divulgado
Ativo				Passivo			
Contas a receber EMG	715.622	(674.594)	41.028	Obrigações por repasse - PPP	674.594	(674.594)	-
Total do ativo não circulante	716.911	(674.594)	42.317	Total do passivo não circulante	674.594	(674.594)	-
Total do ativo	723.505	(674.594)	48.911	Total do passivo e PL	723.505	(674.594)	48.911
Ativo				Passivo			
Contas a receber EMG	502.243	(461.500)	40.743	Obrigações por repasse - PPP	461.500	(461.500)	-
Total do ativo não circulante	502.245	(461.500)	40.745	Total do passivo não circulante	461.500	(461.500)	-
Total do ativo	514.510	(461.500)	53.010	Total do passivo e PL	514.510	(461.500)	53.010

Impacto no Investimento da MGI

Com base nos itens acima mencionados, o investimento da MGI sobre a EMIP deve ser apresentado da seguinte forma:

	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016 Divulgado		31/12/2016	Ajuste	31/12/2016 Divulgado
Ativo				Passivo			
Investimentos em coligada	722.497	(674.594)	47.903	Outros	519.305	-	519.305
Outros	1.593.538	-	1.593.538	Capital Social	1.796.730	(674.594)	1.122.136
Total do ativo não circulante	1.894.580	(674.594)	1.219.986	Patrimônio Líquido	859.907	(674.594)	185.313
Total do ativo	2.316.035	(674.594)	1.641.441	Total do passivo e PL	2.316.035	(674.594)	1.641.441

	31/12/2015	Ajuste	31/12/2015 Divulgado		31/12/2015	Ajuste	31/12/2015 Divulgado
Ativo				Passivo			
Investimentos em coligada	515.538	(461.500)	54.038	Outros	398.337	-	398.337
Outros	1.685.325	-	1.685.325	Capital Social	1.802.526	(461.500)	1.341.026
Total do ativo não circulante	1.621.543	(461.500)	1.160.043	Patrimônio Líquido	948.329	(461.500)	486.829
Total do ativo	2.200.863	(461.500)	1.739.363	Total do passivo e PL	2.200.863	(461.500)	1.739.363

Os efeitos dos procedimentos de reclassificação efetuados no balanço da MGI não afetam o Capital Social e a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém sobre a MGI. Os mesmos foram realizados para atendimento as normas contábeis brasileiras.

12 Outros investimentos

		Controladora e Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015
Participações ao valor justo	a.	39.888	63.697
Participações ao custo de aquisição	b.	27.926	9.934
TOTAL		67.814	73.631

a. Participações ao valor justo

O valor justo dos investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 está representado por 4.441.416 ações preferenciais da Cemig e 154.640 ações ordinárias da Copasa e são apurados por referência aos seus preços de fechamento na data base das demonstrações financeiras, classificados no nível 1 – mercado ativo – preço cotado (veja nota 23.p).

a.1 Segregação das ações da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista controlador, Estado de Minas Gerais, aumentou o Capital Social da Companhia por meio de transferência de 65.965.387 ações preferenciais, totalizando R\$870.743. Com este aporte de ações, adicionado a 3.034.613 ações preferencias já pertencentes à

MGI, foi constituída a garantia real 69.000.000 ações preferenciais, para a emissão de 650 debêntures, conforme Escritura Particular de 4ª Emissão de Debêntures Simples (vide nota 1). No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou o aporte no valor de R\$98.250 como reforço voluntário de garantia visando assegurar o Índice de Cobertura. Esse IC está destacado na nota 13.c.

Em 26 de agosto de 2015, no contexto da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, conforme descrito na nota 13.c, a Companhia firmou Contrato de Empréstimo de Ações, visando ao aluguel de ações para o Banco de Investimentos Credit Suisse.

Portanto, das 78.582.845 ações que fazem parte do investimento da companhia, 74.141.429 encontram-se emprestadas em 31 de dezembro de 2016, o que corresponde a 94% do total de ações (vide nota 7.e).

	Quantidade de ações	
	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
CEMIG - bloqueadas	4.441.416	10.000.000
CEMIG - emprestadas (Direitos creditórios - vide nota 7.e)	74.141.429	68.582.845
TOTAL	78.582.845	78.582.845

Os investimentos em instrumentos patrimoniais apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado		
	Cemig	Copasa	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	61.300	2.397	63.697
Transferências para Direito Creditório	(41.945)	-	(41.945)
Ajustes a valor justo	14.889	3.247	18.136
Saldos em 31 de dezembro de 2016	34.244	5.644	39.888

Os ganhos e perdas referentes à variação líquida dos ativos financeiros acima foram reconhecidos em outros resultados abrangentes e reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial).

A MGI, baseando-se nas Normas Contábeis – CPC 38 – Instrumentos Financeiros – apurou, neste exercício, ganho de ajuste a valor justo sobre as ações da CEMIG emprestadas ao Credit Suisse, no valor de R\$130.964, lançado em conta de resultado. Na Copasa sobre 154.640 ações, ganho de ajuste a valor justo lançado no resultado abrangente. O quadro abaixo destaca as informações:

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)



Ações	Quantidade	Custo Unitário	Cotação em 31/12/2015	Cotação em 31/12/2016	Redução ao valor Recuperável Unit.	Redução ao Valor Recuperável Total	Transferência de	
							Ganho de AVJ	ORA p/ Resultado
CEMIG	65.965.387	13,20	6,13	7,71	-	-	104.225	-
CEMIG	8.176.042	4,44	6,13	7,71	-	-	5.047	21.693
COPASA	154.640	25,18	15,50	36,50	-	-	3.247	-

Ações	Quantidade	Custo Unitário	Cotação em 31/12/2014	Cotação em 31/12/2015	Redução ao valor Recuperável Unit.	Redução ao Valor Recuperável Total	Transferência de	
							Ganho de AVJ	ORA p/ Resultado
CEMIG	65.965.387	13,20	13,14	6,13	7,07	466.375	-	-
COPASA	154.640	25,18	15,50	36,50	10,22	1.580	-	-

b. Participações ao custo de aquisição

Os investimentos da Companhia em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo dada a inexistência de informações disponíveis e confiáveis sobre os valores justos dos ativos.

Acatando orientação do acionista controlador, a companhia em 25 de abril de 2016, adquiriu 578.039.299 ações do BDMG pelo valor total de R\$17.992.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
BDMG	17.992	-
Gerdau Açominas S.A.	4.376	4.376
Gerdau Aços Longos S.A.	4.000	4.000
Gerdau América Latina Participações S.A.	876	876
Gerdau Aços Especiais S.A.	574	574
Outros	108	108
TOTAIS	27.926	9.934

13 Debêntures

Os saldos devedores das Debêntures em 31 de dezembro de 2016 estão assim evidenciados:

Tipo	Controladora e Consolidado					31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Movimentação	Atualização	Amortização juros	Amortização principal	
Debêntures Subordinadas (a)						
Passivo circulante	93.183	(93.183)	8.104	(8.104)	-	-
Passivo não circulante	781.700	93.183	94.648	-	-	969.531
Efeito do valor justo no reconhecimento inicial	(483.426)	-	54.345	-	-	(429.081)
Total	391.457	-	157.097	(8.104)	-	540.450
Debêntures Seniores (b)						
Passivo circulante	48.960	28.472	9.665	(9.013)	(49.612)	28.472
Passivo não circulante	28.472	(28.472)	-	-	-	-
Total	77.432	-	9.665	(9.013)	(49.612)	28.472
Debêntures 5ª emissão (c)						
Passivo circulante	9.691	(406)	111.720	(68.848)	-	52.157
Passivo não circulante	643.682	406	-	-	-	644.088
Total	653.373	-	111.720	(68.848)	-	696.245
TOTAL DE DEBÊNTURES	1.122.262	-	278.482	(85.965)	(49.612)	1.265.167
Passivo circulante	151.834	(65.117)	129.489	(85.965)	(49.612)	80.629
Passivo não circulante	970.428	65.117	148.993	-	-	1.184.538

a. Debêntures de 2ª Emissão – Subordinadas

Em 24 de Julho de 2012, a Companhia emitiu 181.900 debêntures da espécie subordinada, no valor total de R\$1.819.000, com vencimento em dez anos, atualizadas por 85% da taxa DI. Todas as debêntures foram subscritas pelo EMG e utilizadas para realizar o pagamento da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Companhia.

O prazo de amortização das Debêntures Subordinadas é de 10 anos - o vencimento final ocorrerá em 24 de julho de 2022; entretanto, pode ser feita amortização extraordinária, a critério da Emissora, condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações das Debêntures Seniores.

Desde que as Debêntures Seniores estejam integralmente amortizadas ou resgatadas, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas, que será calculado pelo valor devido até a data do resgate (valor nominal das debêntures, acrescido de juros), somado ao prêmio, definido como a diferença positiva entre o saldo dos direitos de crédito autônomos e o valor devido.

O resgate antecipado facultativo total poderá ocorrer mediante a dação em pagamento do saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, definido como a diferença entre a totalidade dos direitos creditórios cedidos e o valor correspondente dos direitos creditórios pagos até a data do resgate

antecipado. Portanto, os parcelamentos classificados como “Rompidos”, ou seja, aqueles cuja inadimplência supera noventa dias, nos relatórios enviados mensalmente pela SEF, poderão ser usados no pagamento do resgate antecipado facultativo. Não há nenhuma cláusula restritiva para as Debêntures Subordinadas.

b. Debêntures de 3ª Emissão - Seniores

Em 30 de agosto de 2012, foram emitidas 31.600 debêntures seniores, no valor total de R\$316.000, não conversíveis em ações, remuneradas pela taxa DI + 3,25% a.a., da espécie com garantia real, dada pelos Direitos de Crédito Autônomos cedidos a título oneroso pelo EMG. Estão previstos pagamentos mensais de juros e de amortizações - havia carência de seis meses para início das amortizações, que começaram a ocorrer em 30 de março de 2013 -, com vencimento final previsto para 30 de agosto de 2017. A integralização e a subscrição ocorreram em 10 de setembro de 2012, pelo total de R\$316.777, sendo a diferença atribuída à correção pelos mesmos parâmetros de remuneração, desde a emissão até a data de integralização.

Os custos operacionais para a captação dos recursos foram suportados pelas debêntures da terceira emissão, por ter sido a única a ser ofertada no mercado primário, originando a totalidade dos recursos de caixa da operação.

Para a estimativa do Impacto dos Custos de transação no resultado do exercício e da Taxa Interna de Retorno (TIR), foram considerados os índices dos Depósitos Interbancários (DI)'s conhecidos até 31 de dezembro de 2016 e repetindo-se o último para as datas subsequentes. A TIR foi calculada sobre o fluxo de caixa mensal estimado, transformada em equivalência ao ano.

Impacto dos Custos de Transação nas DRE's	
Debêntures	Debêntures 3ª Emissão
Taxa Interna de Retorno (TIR a.a.)	12,49%
2012	1.247
2013	2.861
2014	1.960
2015	1.366
2016	703
2017	158
Total	8.295

A escritura pública da terceira Emissão de Debêntures Seniores contém cláusulas restritivas ("covenants"), que consistem no Índice de Cobertura ("IC") e no Índice de Garantia Real ("IGR"), ambos apurados mensalmente pelo Agente Fiduciário da Terceira Emissão. O IC é dado pelo quociente entre: (i) os recebimentos dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos no mês; e (ii) a soma das obrigações pagas ou devidas no mês (juros e amortização), não podendo ser inferior a 1,8.

O IGR é dado pelo quociente entre: (i) o somatório dos direitos de crédito autônomos vincendos até 30 de agosto de 2017, acrescido dos saldos da conta de serviço da dívida e da conta de pagamento, no último dia útil do mês anterior ao apurado; (ii) saldo devedor das debêntures no último dia útil do mês anterior ao mês apurado, não podendo ser inferior a 200%. A conta de serviço da dívida é sempre ajustada de maneira que mantenha saldo igual ou superior ao somatório das próximas seis parcelas vincendas de amortização e remuneração das Debêntures Seniores.

A Companhia acompanha o fluxo de realização e efetua o cálculo destes índices, que, em 31 de dezembro de 2016, foram amplamente atendidos:

3ª Emissão de Debêntures Simples

Covenants - Índices de acompanhamento das garantias*

Mês de Referência	IC	IGR
dez/16	2,28	323,00%

* Os índices IC e IGR são instrumentos do Agente Fiduciário da terceira emissão, sendo calculados por este com intuito de acompanhar o comportamento das garantias.

c. Debêntures de 5ª Emissão

Em 30 de maio de 2014, a Companhia emitiu 650 debêntures da espécie com garantia real, no total de R\$650.000, com vencimento em 18 anos, remuneradas pelo seu valor unitário equivalente a 100% das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil – DI, acrescidas de spread de 3,4376% a.a. Essas debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº476/2009, sob o regime de garantia firme de colocação com a intermediação dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição.

Em 26 de agosto de 2015, a Companhia assinou a Escritura da 5ª Emissão de Debêntures, que previa a emissão de até 900 debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 5ª (quinta) emissão, sendo que a primeira integralização ocorreu em 26 de novembro de 2015, por meio da dação em pagamento das 650 debêntures da 4ª emissão, as quais foram canceladas. O prazo para integralização das 250 debêntures adicionais findou em fevereiro de 2016 sem efetivação.

As Debêntures da 5ª Emissão fazem jus a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI, acrescida de spread de 3,4376%. A 5ª Emissão manteve o principal “covenant” da 4ª Emissão, o Índice de Cobertura (IC), com algumas modificações em seu cálculo, para contemplar o “valor do hedge”, dado pelo produto da quantidade de opções de venda e do preço de exercício dessas opções. Caso o IC, que é apurado em todos os dias úteis, torne-se inferior a 155% (cento e cinquenta e cinco por cento), a emissora deverá proceder reforço de garantia para restabelecer o IC no patamar mínimo de 185%. Em contrapartida, caso, em qualquer data de verificação, o IC seja superior a 215% e não tenha havido ou esteja em curso evento de vencimento antecipado ou evento de avaliação, a emissora pode requerer ao agente de garantia a liberação do excesso de recursos até o IC retornar ao patamar de 185%. A Companhia pode, ainda, proceder complemento voluntário de garantia de forma que o IC atinja, no mínimo, 160%, em até dois dias após o rompimento. Neste exercício, houve necessidade de complemento voluntário de garantia, conforme explicado na nota 12.a.1.

O pagamento das debêntures é garantido pela: (i) alienação fiduciária de 4.441.416 ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG de titularidade da Companhia; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Hedge, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes do Contrato de Empréstimo de Ações, conforme definido na Escritura da Quinta Emissão; e (iv) cessão fiduciária da conta corrente nº 72913 mantida junto à agência 001 do Banco Credit Suisse. As garantias reais serão compartilhadas entre os titulares das debêntures da 4ª Emissão, os titulares das debêntures da 5ª Emissão, e o Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior.

14 Obrigações por repasses

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações com ex-acionistas do Bemge	a.	11.044	11.402	11.044	11.402
Recursos da venda de imóveis de terceiros - partes relacionadas	b.	2.886	342	2.886	342
Créditos de terceiros	c.	364	324	446	1.010
Obrigações com EMG - partes relacionadas	d.	2.160	2.160	2.160	2.160
Obrigações com a Codemig - partes relacionadas	e.	17.992	-	17.992	-
Outras obrigações		33	26	33	26
		34.479	14.254	34.561	14.940
Circulante		14.327	12.094	14.409	12.780
Não Circulante		20.152	2.160	20.152	2.160

- a.* Valores retidos do resultado da recuperação de créditos do Bemge, conforme contrato de cessão de créditos firmado entre a Companhia e Bemge (nota 1), destinados à distribuição semestral aos ex-acionistas e ao fundo rotativo para cobertura de despesas com a recuperação de créditos e eventuais condenações em honorários de sucumbência, cujo montante foi definido pelo Conselho de Administração;
- b.* Recursos a repassar oriundos da venda de imóveis pertencentes ao EMG e administrados pela Companhia, conforme contrato de prestação de serviços firmados junto à SEF. Os recursos da venda desses imóveis são recebidos pela Companhia e repassados ao EMG quando da finalização do processo licitatório de alienação;
- c.* Recursos decorrentes da recuperação de créditos em liquidação a serem repassados ao EMG conforme contrato de prestação de serviços de administração de ativos.
- d.* Valor relativo à diferença apurada na cessão dos direitos de crédito autônomos, conforme descrito na nota 7-c.
- e.* Valor relativo ao contrato de compra e venda de ações celebrado com a Codemig, em 16 de junho de 2016, como objeto da aquisição, pela MGI, de 578.039.299 ações emitidas pelo BDMG, pertencentes à Codemig, pelo valor de R\$17.992.

15 Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia e sua subsidiária adotam a apuração de IRPJ e CSLL com base no lucro real anual com recolhimentos mensais por estimativa ou balancete de redução ou suspensão. Os tributos definitivos são apurados ao término do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes dos impostos	(133.435)	(611.512)	(133.435)	(609.041)
Receita de dividendos	(27.123)	(35.444)	(27.123)	(35.444)
Equivalência patrimonial	3.215	(24.336)	(1.015)	(19.469)
Despesas não dedutíveis	256.782	639.478	256.782	639.478
Ajuste a valor justo (i)	(138.622)	-	(138.622)	-
Base de cálculo para IRPJ	(39.183)	(31.814)	(43.413)	(24.476)
Total Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(2.471)
Taxa efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	-10,10%

- i. Ajustes a valor justo referente as ações da Cemig e Opções Flexíveis de ações, conforme consta na DRE, mais amortização do reconhecimento inicial dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 18) e Debêntures (nota 19).

Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido refere-se aos ajustes de avaliação patrimonial dos investimentos mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo bruto de ajustes de avaliação patrimonial	20.015	21.607	20.015	21.607
Imposto de renda (15% + adicional 10%)	(5.004)	(5.401)	(5.004)	(5.401)
Contribuição social (9%)	(1.801)	(1.945)	(1.801)	(1.945)
Passivo fiscal diferido	(6.805)	(7.346)	(6.805)	(7.346)

Saldo acumulado do Passivo Fiscal diferido

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2015	Movimentação	31/12/2016
Saldo	7.346	(541)	6.805

16 Partes relacionadas

A Companhia tem como controlador o EMG e as transações entre a Companhia e suas partes relacionadas abrangem as seguintes operações: (i) valores a receber decorrente de serviços prestados ao EMG e valores a receber da EMIP referentes ao convênio firmado entre as partes; (ii) valores a receber da Cemig e do BDMG referente a JCP; (iii) valores a repassar ao EMG conforme contrato de prestação de serviços firmado junto à SEF; (iv) valor a pagar à Codemig referente à compra de ações emitidas pelo BDMG; (v) debêntures subordinadas a pagar ao EMG; (vi) receitas de dividendos e JCP da Cemig e do BDMG; (v) resultado de equivalência patrimonial e outros resultados abrangentes relativos às participações societárias; (vi) custo com debêntures subordinadas..

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)



31/12/2016

	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Codemig	BDMG	Copasa	Total
Ativos								
Circulante:	1.756	-	20.172	757	-	121	31	22.837
Contas a receber, JSCP e Dividendos	1.756	-	20.172	757	-	121	31	22.837
Não Circulante:	36.730	-	-	-	-	-	-	36.730
Contas a receber	36.730	-	-	-	-	-	-	36.730
Passivos								
Circulante	2.886	-	-	-	17.992	-	-	20.878
Obrigações por Repasse	2.886	-	-	-	17.992	-	-	20.878
Não Circulante	542.610	-	-	-	-	-	-	542.610
Debêntures 2ª emissão	540.450	-	-	-	-	-	-	540.450
Obrigações por Repasse	2.160	-	-	-	-	-	-	2.160

31/12/2016

	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Codemig	BDMG	Copasa	Total
Receitas	1.934	1.015	50.834	(4.230)	-	-	104	49.657
Serviços Prestados	1.934	-	-	-	-	-	-	1.934
Participações Acionárias	-	-	50.834	-	-	143	104	51.081
Equivalencia Patrimonial	-	1.015	-	(4.230)	-	-	-	(3.215)
Outros Resultados Abrangentes	-	3.977	(6.804)	-	-	-	3.247	420
Custo com Debêntures	102.752	-	-	-	-	-	-	102.752

31/12/2015

	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Codemig	BDMG	Copasa	Total
Ativos								
Circulante:	8	-	10.617	1.257	-	-	9	11.891
Contas a receber, JSCP e Dividendos	8	-	10.617	1.257	-	-	9	11.891
Não Circulante:	31.369	-	-	-	-	-	-	31.369
Contas a receber	31.369	-	-	-	-	-	-	31.369
Passivos								
Circulante	93.525	-	-	-	-	-	-	93.525
Obrigações por Repasse	342	-	-	-	-	-	-	342
Debêntures 2ª emissão	93.183	-	-	-	-	-	-	93.183
Não Circulante	300.434	-	-	-	-	-	-	300.434
Debêntures 2ª emissão	298.274	-	-	-	-	-	-	298.274
Obrigações por Repasse	2.160	-	-	-	-	-	-	2.160

31/12/2015

	Estado de MG	Helibrás	Cemig	Emip	Codemig	BDMG	Copasa	Total
Receitas	2.049	19.470	47.921	4.867	-	-	13	74.320
Serviços Prestados	2.049	-	-	-	-	-	-	2.049
Participações Acionárias	-	-	47.921	-	-	-	13	47.934
Equivalencia Patrimonial	-	19.470	-	4.867	-	-	-	24.337
Outros Resultados Abrangentes	-	26.653	-	-	-	-	84	26.737
Custo com Debêntures	87.685	-	-	-	-	-	-	87.685

Adicionalmente, considerando que as transações da Companhia são realizadas predominantemente com partes relacionadas, seja através da prestação de serviços ao seu controlador (EMG), ou a manutenção de seus investimentos em empresas coligadas e controladas, os resultados das operações da Companhia poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos com partes não relacionadas.

Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia compreende salários e benefícios não monetários.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Diretoria	1.222	822
Conselho de Administração	294	294
Honorários	1.516	1.116

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$4.000.000. Em 31 de dezembro de 2015, seu capital social subscrito era de R\$2.819.090, sendo o capital social integralizado no montante de R\$2.747.840 e o capital social a integralizar no valor de R\$71.250.

Durante o ano de 2016, a Companhia recebeu vários aportes de capital do seu acionista controlador, conforme apresentado abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)



Data	Descrição	Valor					
		Capital Social Subscrito	Capital Social a Integralizar	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reclassificação Obrigações por repasse Convênios	Reclassificação Obrigações por Repasse PPP	Capital Social Apresentado (CPC 39)
31/12/2015	Saldo Inicial	2.819.090	(71.250)	140.310	(1.085.624)	(461.500)	1.341.026
28/01/2016	Aumento de Capital do EMG	180.910	(180.910)	-	-	-	1.341.026
28/01/2016	Transformação de AFAC em Integralização de Capital	-	64.310	(64.310)	-	-	1.341.026
31/03/2016	Transformação de AFAC em Integralização de Capital	-	15.000	(15.000)	(15.000)	(50.540)	1.275.486
31/03/2016	Saldo em 31/03/2016	3.000.000	(172.850)	61.000	(1.100.624)	(512.040)	1.275.486
03/05/2016	Aumento de Capital do EMG	112.206	(112.206)	-	-	-	1.275.486
08/06/2016	Redução de Capital ref. devolução ações Helibrás	(8.053)	-	-	-	-	1.267.433
30/06/2016	Transformação de AFAC em Integralização de Capital	-	47.860	(47.860)	(47.860)	-	1.219.573
30/06/2016	Saldo em 30/06/2016	3.104.153	(237.196)	13.140	(1.148.484)	(512.040)	1.219.573
26/07/2016	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (EMG)*	-	-	21.000	-	-	1.240.573
31/07/2016	Transformação de AFAC em Integralização de Capital	-	13.140	(13.140)	(13.140)	-	1.227.433
08/08/2016	Aumento de Capital do EMG	197.960	(197.960)	-	-	-	1.227.433
22/08/2016	Integralização de Capital*	-	20.638	-	-	-	1.248.071
30/09/2016	Transformação de AFAC em Integralização de Capital	-	21.000	(21.000)	-	-	1.248.071
30/09/2016	Reclassificação valores aportados na EMIP	-	-	-	-	(130.547)	1.117.524
30/09/2016	Saldo em 30/09/2016	3.302.113	(380.378)	-	(1.161.624)	(642.587)	1.117.524
04/10/2016	Integralização de Capital*	-	25.362	-	-	-	1.142.886
31/10/2016	Integralização de Capital*	-	8.906	-	-	-	1.151.792
18/11/2016	Integralização de Capital*	-	2.351	-	-	-	1.154.143
02/12/2016	Integralização de Capital*	-	2.000	-	(2.000)	-	1.154.143
14/12/2016	Integralização de Capital*	-	10.000	-	(10.000)	-	1.154.143
22/12/2016	Aumento de Capital do EMG	177.364	(177.364)	-	-	-	1.154.143
22/12/2016	Readequação do Capital	(41.179)	-	-	-	-	1.112.964
29/12/2016	Integralização de Capital*	-	13.000	-	(13.000)	-	1.112.964
31/12/2016	Reclassificação valores aportados na EMIP	-	-	-	-	(32.007)	1.080.957
31/12/2016	Saldo Final	3.438.298	(496.123)	-	(1.186.624)	(674.594)	1.080.957

* Entrada de recursos financeiros na MGI

Em 31 de dezembro de 2016, seu capital social subscrito é de R\$3.438.298, sendo capital integralizado no montante de R\$2.942.175 e a integralizar R\$496.123.

O Capital Social da Companhia é composto por 574.438.888 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Sua composição acionária é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)



	Posição em 31/12/2015		Posição em 31/12/2016	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Acionistas				
Estado Minas Gerais	575.674.222	99,9558%	574.184.398	99,9557%
BDMG	165.323	0,0287%	165.323	0,0288%
CEMIG	53.307	0,0093%	53.307	0,0093%
Ações em Tesouraria	35.860	0,0062%	35.860	0,0062%
Total	575.928.712	100,0000%	574.438.888	100,0000%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

c. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria o montante de 35.860 ações ordinárias.

d. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei.

e. Juros sobre capital próprio

A Companhia tem como prática o cálculo mensal de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício. A distribuição de juros sobre capital próprio, a serem imputados ao valor dos dividendos obrigatórios do exercício, observa os limites previstos na Lei nº 9.249/95.

f. Prejuízo líquido por ação básico

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Média da quantidade de ações no período (em milhares)	574.439	575.929	574.439	575.929
Resultado do período	(133.435)	(611.512)	(133.435)	(611.512)
Resultado por lote de mil ações (em R\$)	(232,29)	(1.061,78)	(232,29)	(1.061,78)

g. Prejuízos acumulados

A Companhia identificou que ativos (direitos creditórios - nota 07) e passivos financeiros (debêntures subordinadas - nota 13), não estavam sendo mensurados de forma adequada. Os ajustes impactaram diretamente na redução dos resultados dos exercícios de 2012 a 2014 no valor de R\$244.318 e, conseqüentemente, a Companhia distribuiu JCP e dividendos a maior em R\$177.364. O impacto de tais ajustes está demonstrado nos prejuízos acumulados da Companhia no valor de R\$914.272.

Demonstração do Prejuízo Acumulado de exercícios anteriores						
Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	Totais
Resultado Apresentado	47.111	37.814	311.561	(611.512)	(133.435)	(348.461)
Impacto dos ajustes no Resultado	(49.532)	(66.422)	(128.364)	-	-	(244.318)
Resultado Ajustado	(2.421)	(28.608)	183.197	(611.512)	(133.435)	(592.779)
Compensação de Reserva Legal	2.421	11.573	-	-	-	13.994
Readequação de aumentos de capital	-	-	-	-	41.179	41.179
Ajustes de Exercícios Anteriores	(269)	-	-	-	-	(269)
Aumento de Capital	(19.759)	-	(179.274)	-	-	(199.033)
Dividendos e JS CP indevido	(24.997)	(35.659)	(116.708)	-	-	(177.364)
Prejuízo Acumulado	(45.025)	(52.694)	(112.785)	(611.512)	(92.256)	(914.272)

Em consequência aos impactos descritos acima, foi identificado que houveram impactos no resultado do exercício e nas distribuições indevidas de JCP/dividendos nos anos de 2012 a 2014, conforme quadro abaixo:

READEQUAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA MGI			
DESCRIÇÃO	2012	2013	2014
Resultado apresentado	47.111	37.814	311.561
Ajustes a valor justo:			
Direito de crédito autônomo	87.012	152.869	129.748
Debêntures subordinadas	(55.498)	(43.823)	(111.367)
Resultado de ajustes a valor justo	31.514	109.046	18.381
Impairment	(81.046)	(175.468)	(146.745)
Total impacto no resultado	(49.532)	(66.422)	(128.364)
RESULTADO AJUSTADO	(2.421)	(28.608)	183.197
Compensação com reserva legal 2011	2.421	11.573	-
Resultado após compensações de reserva legal	-	(17.035)	183.197
Compensação de resultado 2013	-	-	(17.035)
Resultado após compensações de resultado	-	-	166.162
Reserva Legal	-	-	(8.308)
RESULTADO AJUSTADO APÓS RESERVA LEGAL	-	-	157.854
Readequação do aumento de capital	-	-	(157.854)
RESULTADO AJUSTADO APÓS A READEQUAÇÃO	-	-	-

A Companhia contratou um escritório de Advocacia especializado para analisar os efeitos tributários e societários relevantes a estes ajustes contábeis, que estão fundamentados na aplicação das normas e princípios introduzidos pela Lei nº 11.638/2007 e outros atos regulamentares (CPCs). Com efeito,

considerando o disposto na Lei nº 11.941/2009, na Instrução Normativa nº 1.397/2013 e nos demais atos normativos que tratam do tema, para o período em que a MGI esteve submetida ao Regime Tributário de Transição (RTT), que correspondeu os anos-calendário de 2012 e 2013, os referidos ajustes contábeis não deverão produzir efeitos na apuração das bases tributáveis pelo IRPJ e pela CSLL, bem como na definição dos dividendos isentos para fins de IRRF.

Adicionalmente, a MGI tem como principal acionista o Estado de Minas Gerais. Dessa forma, com fundamento na norma de imunidade prevista no art. 150, VI. “a” da Constituição Federal (imunidade recíproca), os valores recebidos pelo Estado de Minas Gerais não estariam sujeitos à tributação (IRRF) por outro ente da Federação (União).

Com efeito, para os anos-calendário de 2012 e 2013, o reprocessamento das Demonstrações Financeiras não implicou em mudança no cálculo do JCP e dos dividendos isentos de IRRF.

Em relação ao pagamento de dividendos em 2014, considerando a aplicação da regra de imunidade recíproca, os dividendos indevidamente distribuídos, por terem sido calculados com base em resultados apresentados antes dos ajustes ao valor justo e impairment da carteira de créditos autônomos e AVJ das debentures de 2ª emissão no período de 2012 a 2014, devem ser tratados como rendimentos de natureza diversa, mas não estão sujeitas ao IRRF, tendo em vista que o beneficiário é imune.

O cálculo do JCP, no ano-calendário de 2014, deverá ser feito com base no Patrimônio Líquido apurado de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007. Dessa forma, os efeitos do reprocessamento das Demonstrações Financeiras de 2014 devem ser considerados no cálculo do JCP e eventual excesso na despesa de juros registradas deverá ser tratado como indedutível no cálculo do IRPJ e da CSLL.

Considerando os impactos contábeis e as premissas acima descritas, foi deliberado pelos acionistas na AGE de 22 de dezembro de 2016, tendo por base a Ata do Conselho Fiscal e a Ata do Conselho de Administração 007/2016, ambas de 20 de dezembro de 2016, na readequação do capital social da Companhia, com o cancelamento do aumento de capital, referente ao resultado do exercício de 2012, promovido pela AGE de 27 de maio de 2013, no valor de R\$19.759 e na retificação do aumento de capital promovido pela AGO de 29 de abril de 2015, do valor de R\$179.274 para R\$157.854 readequando os aumentos de capital de 2012 e 2014 em R\$41.179, bem como a recomposição patrimonial a ser realizada pelo acionista controlador EMG, no montante dos juros sobre capital próprio e dividendos recebidos indevidamente no valor de R\$177.364, com o prazo para a integralização até 31 de dezembro de 2018.

18 Receita

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas de serviços - Parte Relacionada		1.934	2.049	1.934	2.049
Receitas de recuperação de créditos		4.985	7.800	4.985	7.800
Receitas de atualização de créditos	a.	128.634	129.871	128.635	129.871
Receita de participação acionária	b.	51.127	47.997	51.127	47.997
Receitas de vendas de imóveis		-	-	1.041	1.166
Ajuste amortização reconhecimento inicial DCA	7c	90.473	110.386	90.473	110.386
Impostos sobre serviços (ISS)		(97)	(102)	(97)	(102)
PIS/COFINS		(2.851)	(1.995)	(2.949)	(2.100)
Receita		274.205	296.006	275.149	297.067

- a. As receitas de atualização de créditos decorrem da atualização dos créditos autônomos cedidos, corrigidos de acordo com a legislação estadual e resoluções da SEF vigentes na celebração de cada contrato de parcelamento.
- b. As receitas de participações acionárias estão representadas por dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos em títulos patrimoniais, abaixo discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cemig - parte relacionada	50.834	47.921	50.834	47.921
Copasa	104	13	104	13
Gerdau Açominas S.A.	29	62	29	62
BDMG - parte relacionada	143	-	143	-
Outras	17	1	17	1
	51.127	47.997	51.127	47.997

19 Custos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal		4.511	3.784	4.511	3.784
Obrigações por repasse		2.217	4.360	2.217	4.360
Serviços de terceiros		613	827	613	827
Despesas judiciais		291	331	291	331
Juros sobre Debêntures	a.	223.029	210.108	223.029	210.108
Amortização de custos de transação		1.109	1.769	1.109	1.769
Ajuste amortização rec. inicial debêntures	13a	54.345	40.604	54.345	40.604
Custos dos Imóveis Vendidos		-	-	1.549	1.805
Demais custos		178	122	178	122
		286.293	261.905	287.842	263.710

- a. Os juros decorrem das atualizações das Debêntures Subordinadas (2ª Emissão), Debêntures Seniores (3ª Emissão) e Debêntures de 5ª Emissão.

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras				
Receitas aplicações financeiras	37.029	44.908	37.181	54.423
Receitas com títulos e valores mobiliários	1.803	2.202	1.803	2.202
Receitas de atualização de créditos	3.663	3.000	3.832	3.061
PIS/COFINS	(7.935)	(4.497)	(7.947)	(4.572)
	34.560	45.613	34.869	55.114
Despesas Financeiras				
IOF	(380)	(502)	(426)	(558)
Outras despesas	(21)	(6)	(21)	(6)
	(401)	(508)	(447)	(564)
Resultado Financeiro Líquido	34.159	45.105	34.422	54.550

21 Convênios

Em 08 de outubro de 2013, a Companhia recebeu do acionista controlador, Estado de Minas Gerais, autorização para promover aumento do capital social, no montante de R\$864.980, com recursos orçamentários originários de operações de crédito contratadas pelo Estado de Minas Gerais com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com o Banco do Brasil, nos montantes de R\$730.677 e R\$134.303, respectivamente. Em 05 de junho de 2014, o EMG efetuou nova integralização de capital com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas junto ao Banco do Brasil no valor de R\$53.761.

Em 01 de julho e em 30 de setembro de 2014, o acionista EMG integralizou R\$154.321 e R\$12.562, respectivamente, sendo R\$25.683 com recursos orçamentários oriundos de operações de crédito contratadas pelo EMG junto ao Banco do Brasil e o restante, R\$141.200, proveniente de operações de crédito junto ao BNDES, totalizando o valor de repasse em R\$1.085.624, cujo objetivo é promover, por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações, ações que visem o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Em 28 de janeiro de 2016, o Estado de Minas Gerais deliberou novo aporte de capital no valor de R\$106.600, dos quais foi integralizado o valor de R\$101.000 até 31 de dezembro de 2016.

Em 03 de maio de 2016, o acionista controlador promoveu novo aumento de capital, no valor de R\$112.206, a ser integralizado até 31 de dezembro de 2017.

Dos valores mencionados, até 31 de dezembro de 2016, foram repassados R\$1.184.919 aos convenientes em parceria com as Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais. Este valor está apresentado líquido das devoluções recebidas dos convenientes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. A movimentação está demonstrada abaixo:

Convênios	Controladora e Consolidado		
	31/12/2015	movimentação	31/12/2016
	saldo inicial		saldo final
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	5.389	(320)	5.069
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDVAN	1.915	(1)	1.914
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana – SEDRU	98.919	(2.220)	96.699
Sec. Est. Defesa Social – SEDS	16.592	-	16.592
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	14.725	(323)	14.402
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	864.886	132.899	997.785
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	32.042	(283)	31.759
Sec. Est. Governo - SEGOV	180	4.054	4.234
Sec. Est. Cultura - SEC	12.759	106	12.865
Sec. Est. Desenvolvimento Econômico - SEDE	3.600	-	3.600
	1.051.007	133.912	1.184.919

Para atendimento às melhores práticas contábeis, a Companhia reclassificou o aporte de capital, recebido do acionista controlador EMG, da conta de Capital Social no Patrimônio Líquido para Obrigações por Repasse no Passivo não circulante, pois os recursos originários desta transação são exclusivos para repasses aos conveniados, caracterizando-se, portanto, como uma obrigação da Companhia, conforme

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)



requerido pelo CPC 39 – Instrumentos Financeiros. Além disso, a reclassificação adotada é usada para adequar a essência da operação como um passivo, em razão da ausência de perenidade requerida pela Lei Societária para o Capital Social.

A prestação de contas desses convênios deve ser apresentada pelo Conveniente à MGI em até 90 dias após o vencimento dos convênios ou dos aditamentos efetuados. Essa prestação de contas tem como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores atualizados repassados as convenientes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta em seus controles internos o total de 849 convênios vencidos. Desse universo, 152 convênios, até a data destas demonstrações, já prestaram contas ou ainda não estão sujeitos a prestação de contas, conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	Valor
Convênios vencidos há mais de 90 dias	849	799.226
Convênios não publicados cf. Resolução Estadual 016 e 026 de 2016	(98)	(33.980)
Aprovados e Aprovados com Ressalva	(29)	(9.796)
Em análise na MGI e Encerrados	(7)	(1.888)
Possibilidade de Covalidação (pode voltar a ser vigente)	(18)	(5.590)
TOTAL de convênios pendentes de prestação de contas	697	747.972

Os 697 convênios pendentes de prestação de contas representam um montante de R\$ 747.972. Desse total, 321 convênios tiveram suas prestações de contas protocolizadas nas Secretarias de Estado, a quem compete, por delegação, a análise preliminar da prestação de contas – inspeção física e auditoria da execução financeira –, para posterior emissão de parecer técnico recomendando a aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação das contas.

Em relação aos 376 convênios restantes, estes são objeto de medidas administrativas para regularização da omissão no dever de prestar contas.

O quadro abaixo detalha os convênios vencidos cuja prestação de contas ainda não foi recebida pela MGI:

Convênios	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	Valor
Sec. Est. Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	48	4.740
Sec. Est. Des. e Int. do Norte e Nordeste de MG – SEDVAN	27	1.845
Sec. Est. Desenvolvimento Regional, Política Urbana – SEDRU	143	36.758
Sec. Est. Defesa Social – SEDS	5	8.988
Sec. Est. Turismo de MG – SETUR	20	11.962
Sec. Est. Transp. Obras Públicas de MG – SETOP	395	669.980
Sec. Est. Desenv. Social de MG - SEDESE	59	13.699
	697	747.972

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)



A administração tem efetuado cobranças junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar referida prestação de contas e aprimorado os seus controles internos no sentido de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais.

Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos nessa informação intermediária, conforme apresentado abaixo:

Controladora	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016 Divulgado	Controladora	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	254.406	(1.705)	252.701	Obrigações por repasse - convênios	1.206.776	(1.186.624)	20.152
Clas a rec de clientes e outros créd.	2.211.017	(1.184.919)	1.026.098	Outros	1.621.289	-	1.621.289
Outros	362.642	-	362.642				
Total do ativo	2.828.065	(1.186.624)	1.641.441	Total do passivo e PL	2.828.065	(1.186.624)	1.641.441
Consolidado	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016 Divulgado	Consolidado	31/12/2016	Ajuste	31/12/2016 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	254.406	(1.705)	252.701	Obrigações por repasse - convênios	1.206.776	(1.186.624)	20.152
Clas a rec de clientes e outros créd.	2.252.045	(1.184.919)	1.067.126	Outros	1.621.540	-	1.621.540
Outros	321.865	-	321.865				
Total do ativo	2.828.316	(1.186.624)	1.641.692	Total do passivo e PL	2.828.316	(1.186.624)	1.641.692
Controladora	31/12/2015	Ajuste	31/12/2015 Divulgado	Controladora	31/12/2015	Ajuste	31/12/2015 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	192.976	(34.617)	158.359	Obrigações por repasse - convênios	1.087.784	(1.085.624)	2.160
Clas a rec de clientes e outros créd.	2.471.175	(1.051.007)	1.420.168	Outros	1.737.203	-	1.737.203
Outros	160.835	-	160.835				
Total do ativo	2.824.987	(1.085.624)	1.739.363	Total do passivo e PL	2.824.987	(1.085.624)	1.739.363
Consolidado	31/12/2015	Ajuste	31/12/2015 Divulgado	Consolidado	31/12/2015	Ajuste	31/12/2015 Divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	192.976	(34.617)	158.359	Obrigações por repasse - convênios	1.087.784	(1.085.624)	2.160
Clas a rec de clientes e outros créd.	2.511.918	(1.051.007)	1.460.911	Outros	1.737.939	-	1.737.939
Outros	120.869	-	120.869				
Total do ativo	2.825.763	(1.085.624)	1.740.139	Total do passivo e PL	2.825.763	(1.085.624)	1.740.139

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais detém na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

22 Contingências não provisionadas

O principal processo da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil. A Subsidiária não possui processos judiciais.

- Processo em trâmite contra a Companhia na 1ª Vara de Tributários do Estado - Belo Horizonte cujo objeto é a anulação do contrato de compra e venda por meio do qual a Companhia transferiu à Góes Cohabita Participações Ltda. ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A., além de contrato de mútuo celebrado em cobertura ao aporte de recursos efetuado pela Companhia ao Banco. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (veja nota

8-d). Esse processo está em trâmite desde 1990 e o valor atualizado da causa é de aproximadamente R\$49.461. Em conexão com esse processo existe também a discussão judicial sobre honorários de sucumbência estimados em R\$9.358. Valores atualizados pelo fator de atualização monetário do TJMG, até a data dessas demonstrações financeiras. Não efetuamos a provisão para perda desses saldos visto que a Companhia entende que o risco de perda é considerado possível.

23 Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro

a. Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

b. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A assembleia de acionistas estabeleceu o Conselho Fiscal, que atua de acordo com a legislação.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de suas controladas. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultante da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

As projeções de performance dos Direitos de Crédito Autônomos indicam conforto nos resultados financeiros frente às obrigações na segunda e terceira emissões de debêntures. Em 31 de dezembro de 2016 decorreu-se cinquenta e quatro meses de desempenho deste fluxo, o que, na amplitude de dez anos, é um hiato pequeno para expressar os ajustes da curva projetada. Todavia a análise de risco da inadimplência compõe as premissas adotadas na projeção do fluxo para o cálculo do valor justo da operação, o que capta um nível de inadimplência esperado o qual ainda poderá ser adotado como moeda de pagamento das debêntures subordinadas.

d. Exposição a riscos de crédito

A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.167	228.772	7.307	229.776
Títulos e valores mobiliários (curto e no longo prazo)	6	252.701	193.630	252.701	193.630
Contas a receber de clientes e outros créditos (curto e longo prazo) (i)	7	1.144.366	1.100.316	1.184.637	1.140.958
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	7	20.325	11.782	20.325	10.626
Contratos de opções flexíveis	8	59.477	(66.991)	59.477	(93.325)
Total		1.484.036	1.467.509	1.524.447	1.481.665

- (i) Os Créditos vinculados aos direitos econômicos relativos às ações alienadas fiduciariamente dos proventos (juros sobre capital próprio, dividendos, rendimentos), e pela cessão fiduciária da conta vinculada, na qual a totalidade dos proventos inerentes ao objeto do contrato de garantia depositado representam a exposição máxima do risco de crédito.

e. Perdas por redução no valor recuperável

Contas a receber de clientes e outros créditos

Estes ativos estão representados por dividendos e juros sobre o capital próprio a receber decorrentes de investimentos em coligada e outros investimentos em títulos patrimoniais e valores a receber do EMG decorrentes da prestação de serviços, os quais, em função de sua natureza e histórico não apresentam riscos que justifiquem qualquer tipo de redução no valor recuperável.

Direitos de Crédito Autônomos foram ajustados em conformidade com as informações prestadas pela SEF na data base de 24 de julho de 2012 e dos resultados da análise do fluxo cedido sob um estresse do rompimento dos créditos e da volatilidade deste estresse, e contempla o reconhecimento inicial pelo valor justo conforme premissas definidas na nota 23.n.

A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização (veja nota 7.d).

Títulos e valores mobiliários

No histórico de recebimentos, não há indícios que justifiquem qualquer tipo de provisão para perdas no valor recuperável, pois todos os fluxos de recebimentos têm sido cumpridos pontualmente.

A Companhia e sua subsidiária têm por objetivos manter os títulos e valores mobiliários até o vencimento.

f. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e de suas controladas de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia e suas controladas sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo financeiro não derivativo				
Fornecedores e outras contas a pagar	244	153	244	153
Debêntures Subordinadas	13	540.450	540.450	391.458
Debêntures Seniores	13	28.472	28.472	77.432
Debêntures 5ª Emissão	13	696.245	696.245	653.373
Obrigações por repasse (curto e longo prazo)	14	34.479	34.561	14.940
Contrato de opções flexíveis	8	152.802	152.802	105.761
Total		1.452.692	1.452.774	1.243.117

Não é esperado que fluxos de caixa, já inclusos nas análises de maturidade, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

A amortização das Debêntures da 3ª Emissão respeitou o período de carência para a composição dos saldos mínimos das contas de garantia em nível suficiente para cobertura de seis parcelas vincendas, sendo a amortização em percentuais decrescentes e aplicáveis ao Preço Unitário (PU) inicial, R\$10, com o primeiro percentual em 2,92% e o último para 1,09%, conforme respectiva escritura de emissão.

Quanto à amortização das Debêntures da segunda emissão, estará condicionada a 90% do volume excedente dos recebíveis dos direitos de crédito autônomos, após pagamentos das obrigações da terceira emissão.

Já a amortização dos juros das Debêntures da 5ª Emissão, será paga semestralmente, sempre nos dias 12 de julho e 12 de janeiro de cada ano calendário, sendo o primeiro pagamento em 12 de janeiro de 2016 e o último na data do vencimento, já o primeiro pagamento a título de amortização do principal será em 12 de julho de 2019 e o último na data de seu vencimento.

g. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No que tange a riscos de mercado, a Companhia está exposta indiretamente a mercados distintos em decorrência de suas participações acionárias e consequentemente dividendos e juros sobre o capital próprio a receber.

h. Risco cambial

A Companhia e suas controladas não possuem riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira.

i. Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas adotam política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs.

Na data das demonstrações, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Indexador CDI		
Aplicações financeiras	11.601	232.538
Aplicações financeiras vinculadas	245.087	184.034
Total de direitos creditórios (a)	530.221	642.946
Debêntures	(1.265.167)	(1.122.262)
Saldo líquido de exposição	(478.258)	(62.744)
Indexador IGP-M		
Títulos e valores mobiliários	3.279	5.827

(a) - Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDI's e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o "Total de direitos creditórios" nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic.

- Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia e suas controladas.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBOVESPA. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

- Análise de sensibilidade - Taxa de juros.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2016, apurando-se o impacto nas receitas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

		(reduções em milhares de reais)		
	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Impacto no Saldo Líquido	Redução do CDI	-	15.233	30.467

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.)*	13,00	9,75	6,50

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2016, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia e suas controladas.

j. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

k. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

A Companhia possui investimentos em instrumentos patrimoniais da Cemig e Copasa que, por estarem listados na Bolsa de Valores de São Paulo, estão classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo.

Para os investimentos na Cemig, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 0,01% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016, enquanto que para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,002%.

l. Gestão de capital

O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais.

m. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de suas controladas.

O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;

- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;

n. Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (em milhares de reais)



	Controladora				Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Mantidos até o vencimento	252.701	252.701	193.630	193.630	252.701	252.701	193.630	193.630
Títulos e valores mobiliários	252.701	252.701	193.630	193.630	252.701	252.701	193.630	193.630
Designados ao valor justo	631.107	631.107	459.183	459.183	631.107	631.107	459.183	459.183
Direitos Creditórios Credit Suisse	571.630	571.630	420.413	420.413	571.630	571.630	420.413	420.413
Contratos de opções flexíveis	59.477	59.477	38.770	38.770	59.477	59.477	38.770	38.770
Empréstimos e recebíveis	593.061	593.061	679.946	679.946	633.332	633.332	679.946	679.946
Contas a receber de clientes (exceto direito de créditos)	62.840	62.840	37.000	37.000	103.111	103.111	37.000	37.000
Direitos de Créditos Autônomos	530.221	530.221	642.946	642.946	530.221	530.221	642.946	642.946
Outros passivos financeiros	1.299.890	1.299.890	1.136.669	1.136.669	1.299.895	1.299.895	1.137.355	1.137.355
Fornecedores	244	244	153	153	244	244	153	153
Obrigações por repasse	34.479	34.479	14.254	14.254	34.484	34.484	14.940	14.940
Debêntures	1.265.167	1.265.167	1.122.262	1.122.262	1.265.167	1.265.167	1.122.262	1.122.262
Passivos financeiros designados ao valor justo	152.802	152.802	105.761	105.761	152.802	152.802	105.761	105.761
Contratos de opções flexíveis	152.802	152.802	105.761	105.761	152.802	152.802	105.761	105.761

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Títulos e valores mobiliários** – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação de índices de mercado pré-determinados quando da contratação (IGPM e CDI).
- **Empréstimos, recebíveis e outros créditos** – Empréstimos, recebíveis e outros créditos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Obrigações por repasse** – As obrigações por repasse decorrem de recursos financeiros de terceiros recebidos e pendentes de repasse. Seu valor justo aproxima-se ao valor contábil em função de seu reduzido prazo de vencimento. Para certas obrigações cujo vencimento ocorrerá em longo prazo, a remuneração sobre esses passivos é paga mensalmente pela Companhia e, portanto, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

o. Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo no reconhecimento inicial

Conforme nota explicativa 1, a Companhia adquiriu em 24 de julho de 2012, do EMG, a título oneroso, o direito autônomo ao recebimento de certos créditos tributários. Os créditos foram reconhecidos pelo valor justo no reconhecimento inicial no montante de R\$1.086.443.

O valor justo dos créditos foi calculado usando fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco com base na média ponderada das faixas de probabilidade do Grupo de resultados possíveis. *Inputs* e premissas essenciais utilizados no modelo em 24 de julho de 2012 incluem o seguinte:

- Taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa foi baseada na taxa de juros livre de risco para títulos de 10 anos emitidos pelo Tesouro, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a uma carteira de créditos, o risco sistemático da carteira e o risco de inadimplência, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.
- Os efeitos favoráveis e desfavoráveis do uso de premissas alternativas razoavelmente possíveis foram calculados pelo ajuste aos valores-modelo usando estimativas alternativas de fluxos de caixa esperados e as taxas de desconto ajustada ao risco que poderia razoavelmente ter sido considerada por um participante de mercado para efeitos de precificação dos instrumentos no final do período de relatório.
- As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo no final do período de relatório, mais uma margem de crédito definida em 3,92% que reflete uma volatilidade de um modelo.

Avaliação de inputs

O nível na hierarquia de valor justo dentro do qual uma mensuração de valor justo é classificada em sua totalidade deve ser determinada na base do *input* de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A operação de emissão descrita, em seu momento inicial foi mensurada ao valor de mercado e possui no método para aplicação de técnica de mensuração *inputs* não observáveis em mercado, sendo estes ajustados de forma particular em detrimento das características e perfil de risco associadas à operação, sendo esta mensuração de Nível 3.

Análise de sensibilidade - Taxa de juros

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros descontados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 24 de julho de 2012, apurando-se o impacto no reconhecimento inicial no período de 1 ano. Foi feita uma avaliação para a mensuração do valor justo, se a troca de um ou mais *inputs* por alternativas razoavelmente possíveis mudasse o valor justo significativamente conforme segue:

	<u>Reconhecimento inicial</u>
24 de julho de 2012	
Taxa de desconto 3,92%	1.086.443
Taxa de desconto (25%) 4,90%	1.059.411
Taxa de desconto (50%) 5,88%	1.033.742

Premissas adotadas na análise de sensibilidade:

A inadimplência histórica é refletida no fluxo e sendo este um dos componentes da avaliação da taxa de desconto. Para a avaliação de impacto para a variável não observada, foi construída uma taxa esperada para retorno de mercado. Na simulação foi considerado um fator de inadimplência que responde por até 3,57% (BNDES), desta forma existiria um range de 10,92% - 14,88% dentro do retorno aplicado no modelo.

p. Hierarquia pelo valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de certos ativos financeiros. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- (i) **Nível 1 - Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- (ii) **Nível 2 - Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- (iii) **Nível 3 - Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

Ativos financeiros designados ao valor justo	Saldo em 31/12/2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo - Preço cotado (Nível 1)	Sem mercado ativo - Técnica de avaliação (Nível 2)	Sem mercado ativo - Título patrimonial (Nível 3)
Contas a receber - Credit Suisse nota 7.e	571.630	571.630	-	-
Contrato de opções flexíveis nota 8	59.477	59.477	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda – Cemig e Copasa nota 12.a	39.888	39.888	-	-
Demais investimentos nota 12.b	27.926	-	-	27.926

A nota explicativa 12.a apresenta a reconciliação dos saldos iniciais e finais dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujos registros foram efetuados em outros resultados abrangentes.

As Companhias Gerdau Açominas, Gerdau Aços Longos, Gerdau Aços Especiais, Gerdau Comercial de Aços, Gerdau América do Sul Participações e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, não são empresas listadas em bolsa de valores e, conseqüentemente, o preço de mercado de sua ação não está disponível. O preço de mercado de suas ações não está disponível. Dessa forma, esses investimentos em instrumentos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, pois seu valor justo não pode ser prontamente determinado de forma confiável.

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contratados pela Companhia era composta por:

Natureza do Seguro	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Patrimonial	787	806
TOTAL	787	806

25 Evento Subsequente

Em 31 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia deliberou dentre outros assuntos, aprovação da Proposta Orçamentária da MGI para o ano de 2017. Aprovação da prorrogação dos prazos finais dos valores que restam a integralizar, no montante de R\$ 206.552, para 31/12/2017. Referendou o AFAC realizado pela MGI na EMIP no valor de R\$ 5.071, e R\$7.000, utilizado por esta para cumprimento de obrigação de PPP's relativa à competência de dezembro/2016. Aumentou o capital social da MGI, dentro do limite do capital autorizado previsto no artigo 6º do Estatuto Social, por meio de aporte a ser realizado pelo Acionista Controlador no valor de R\$ 344.695, em moeda corrente nacional, a ser totalmente integralizado até 31/12/2018, com emissão de 57.568.885 ações ordinárias. Ante o aumento de capital ora aprovado, o capital social da MGI passou dos atuais R\$3.438.297 para R\$3.782.992. Em 22 de fevereiro de 2017, a MGI realizou AFAC's na EMIP no valor de R\$14.900, para cumprimento de obrigação de PPP's.

Conselho de Administração

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - Presidente

Fernando Viana Cabral - Vice-presidente

Antônio Carlos Ramos Pereira - Membro

Otílio Prado - Membro

Daniel França de Freitas - Membro

Mariah Brochado Ferreira - Membro

Diretoria Executiva

Mário Assad Júnior – Diretor Presidente

Paulo Roberto de Araújo – Diretor Vice-Presidente

Leandro Ramon Campos Gusmão – Diretor Administrativo

Walmir Pinheiro de Faria – Diretor de Relações com Investidores

Carlos Gomes Sampaio de Freitas – Diretor de Suporte ao Desenvolvimento Estadual

Contador responsável

Flavio Augusto Sampaio Menezes
CRC/MG 68.072/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
MGI - Minas Gerais Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da MGI - Minas Gerais Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MGI - Minas Gerais Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 21, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentava um total de 849 convênios vencidos, no montante de R\$799.226 mil (286 convênios vencidos, no montante de R\$584.891 mil em 31 de dezembro de 2015) sendo que destes, 152 estavam sob análise das secretarias e 647 estavam sem a respectiva validação da prestação de contas por parte das Secretarias conveniadas pertencentes ao Estado de Minas Gerais, o que é requisito para a aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação das contas. Tal procedimento tem como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto à sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. Adicionalmente, os nossos testes revelaram que as prestações de contas, quando existentes, foram realizadas somente com base em análise documental, não existindo evidências de que inspeções físicas tenham sido realizadas por parte da MGI ou da Secretaria conveniada. Até à data de conclusão dos nossos trabalhos, a Companhia não nos apresentou para os 647 convênios acima referidos, a confirmação da existência de prestação de contas executada pelas Secretarias Conveniadas, nem evidência de que as inspeções físicas tenham sido realizadas. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para comprovar o atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios e aferir quanto ao impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores atualizados repassados as convenientes. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação à classificação dos recursos de Convênios, avaliar as divulgações mínimas referentes a essas prestações de contas divulgadas

na nota explicativa 21 às demonstrações financeiras do exercício findo naquela data em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como determinar quaisquer implicações legais e contratuais, se houver.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na Seção “Base para opinião com ressalva”, não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão, com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento inicial e Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Direitos Creditórios Autônomos - Controlada e Consolidado

Conforme nota explicativa 1, em 24 de julho de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de Minas Gerais - EMG, a título oneroso, Direitos Creditórios Autônomos vencidos, objeto de parcelamentos administrativos que se encontravam ou não inscritos na dívida ativa e que estão classificados como Empréstimos e Recebíveis. Esses instrumentos financeiros no momento do reconhecimento inicial foram registrados pelo valor justo, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescido de qualquer perda ao valor recuperável.

O valor justo dos direitos creditórios é determinado pela exposição da carteira no momento da inadimplência (“default”), descontada a perda estimada e o valor nominal do fluxo de pagamentos. O valor recuperável dos direitos creditórios detidos pela Companhia é determinado por meio de estudo técnico (“teste de recuperação do valor contábil”), o qual foi suportado na análise das características de cada um dos recebíveis e contempla a utilização de premissas, que incluem análises internas sobre o histórico de pagamentos. Esses fatores são considerados na identificação de indícios de perda por redução ao valor recuperável, bem como no cálculo do valor recuperável e valor justo dos direitos creditórios.

Por se tratar de créditos vencidos, a realização desses Instrumentos Financeiros depende da efetivação do fluxo de recebimento previsto, cujas premissas requerem um alto nível de julgamento por parte da Companhia na determinação dos valores justos dos ativos no reconhecimento inicial e na modelagem para o cálculo das provisões constituídas a título de Redução ao Valor Recuperável (“teste de recuperação do valor contábil”). Em função da complexidade desse assunto, da relevância dos valores e do julgamento envolvido que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, o entendimento junto à Companhia da estratégia e riscos de crédito na utilização desses instrumentos financeiros e a análise da documentação de aquisição do Direito Creditório Autônomo. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e a consistência dos dados e premissas utilizados na preparação do teste de recuperação ao valor contábil, comparamos com dados históricos de pagamentos e efetuamos o recálculo das modelagens utilizadas pela Companhia nos cálculos do valor justo e redução ao valor recuperável do ativo. Efetuamos ainda a confirmação externa, junto à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, dos montantes registrados como direito creditório ativo e direito creditório vencido e avaliamos sobre a adequada divulgação nas notas explicativas, principalmente aquelas em relação ao valor líquido dos ativos e às premissas utilizadas pela Companhia.

Instrumentos Financeiros de Opções Flexíveis de ações - Controladora e Consolidado

Conforme referido na nota explicativa 8, no escopo da repactuação da 4ª Emissão de Debêntures, por meio da 5ª Emissão de Debêntures, as garantias dadas aos debenturistas foram

reestruturadas. Além do empréstimo de 68.582.845 ações da CMIG4, a nova estrutura contemplou a celebração de operações de opções flexíveis sobre ações, do tipo europeias, cujo preço de liquidação é dado pela média aritmética simples dos preços médios de fechamento da CMIG4 (opções asiáticas). Para tanto a Companhia utilizou para valorização das opções flexíveis em ações - Modelo de Opções Asiáticas, cujo preço final depende da média da trajetória dos preços do ativo ao longo da vida da opção. A utilização desse modelo de precificação representou um aspecto significativo de auditoria, já que envolveu premissas a serem adotadas dentro do modelo de opções asiáticas. Dessa forma, em função da relevância dos valores, dos julgamentos envolvidos e dos impactos que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento junto à Companhia da estratégia e riscos quanto a repactuação da 4º emissão de Debentures; (ii) a avaliação do modelo de precificação utilizado pela Companhia (Modelo de Opções Asiáticas) e as premissas que são adotadas dentro do modelo escolhido, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas; (iii) a inspeção da escritura referente a 5º emissão de debêntures e confronto com as premissas adotadas para o recálculo do preço opções asiáticas (calls e puts) referente a ações preferenciais CMIG4; (iv) a avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia efetuadas nas notas explicativas; (v) e a avaliação do atendimento a índices financeiros (“*covenants*”).

Pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP e Distribuição de Dividendos a maior em exercícios anteriores

Conforme referido na nota explicativa 17.g, durante o exercício de 2016, a Companhia contratou escritório de Advocacia especializado para analisar e determinar os efeitos tributários e societários relativos ao pagamento de juros sobre capital próprio - JCP e distribuição de dividendos efetuados a sua controladora em exercício anteriores, consequência de ajustes à mensuração de ativos (direitos creditórios) e passivos financeiros (debêntures subordinadas) de 2012 a 2014, posteriores à data das demonstrações financeiras daqueles exercícios. Esses ajustes impactaram diretamente na redução dos resultados dos exercícios de 2012 a 2014 e consequentemente os atos societários efetuados pelo Estado de Minas Gerais, controlador da Companhia. Em função da relevância do assunto, que possui aspectos societários e efeitos tributários que envolvem o Estado de Minas Gerais, sujeito a regras do Tribunal de Contas do Estado, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) a realização de entrevistas como a alta administração para identificar e endereçar os riscos societários envolvidos; ii) o entendimento da legislação societária e tributária, com o auxílio de nossos especialistas de tributos e legal; iii) a leitura e análise da opinião legal (*legal opinion*) produzida pelos assessores jurídicos da Companhia; iv) o recálculo dos valores apurados; v) a leitura dos atos societários posteriores a readequação dos valores apurados; vi) o confronto com os saldos contábeis; vii) e

a avaliação da adequação das divulgações mínimas requeridas, conforme demonstrado na nota explicativa 14.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL



O Conselho Fiscal da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, em reunião realizada nesta data, conheceu o Relatório Anual da Administração sobre as atividades sociais e os principais fatos administrativos do exercício, examinou as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, complementadas por Notas Explicativas. Após verificarem que os documentos citados representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, considerando o Parecer da KPMG Auditores Independentes sobre eles emitido, opinaram favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Os Conselheiros tomaram conhecimento e seguiu a Declaração dos Diretores da MGI de não concordância com a Ressalva constante do Relatório do Auditores Independentes relativa à Nota Explicativa 21.

Belo Horizonte, 29 de março de 2017.

Marcelo Antônio Ferreira Velloso

Nilmário de Miranda

Natália Freitas Miranda

Neyanne Goulart Corrêa

Francisco Eduardo Moreira

Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e não concordamos com a ressalva expressa no Relatório dos Auditores Independentes referente a nota explicativa de número 21, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, pelos seguintes motivos:

- O objeto social da companhia, dentre outras atividades, prevê a promoção de ações que visem o desenvolvimento do Estado, em conjunto com os órgãos e entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Estado de Minas Gerais
- Com o advento das Leis Estaduais nº 20.385/12 e 20.444/12, que autorizaram o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e junto ao Banco do Brasil S.A., respectivamente, o Estado de Minas Gerais adotou estratégia governamental de abertura de novo canal para viabilizar a execução de parte dos investimentos advindos das operações de crédito, através de aporte de capital na MGI, cujo capital é majoritariamente estatal.
- A MGI integra a Administração Indireta do Poder Executivo do Estado, por vinculação à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, e possui como objetivo promover ações que visem ao desenvolvimento do Estado, em conjunto com órgãos e entidades da administração pública estadual, por meio da realização de convênios, atuando como operadora financeira do Estado de Minas Gerais, que, a priori, é detentor do capital a ser investido.
- O Decreto 43.619/13 regulamentou a governança de gestão de convênios autorizando os órgãos e entidades estaduais a figurar como intervenientes de outros concedentes para finalidade de assunção da responsabilidade da análise técnica ou jurídica para celebração, bem como para o acompanhamento, a inspeção e análise da prestação de contas do convênio de saída, condicionado à existência prévia de instrumento de parceria.
- Em estrita observância às disposições legais aplicáveis aos convênios de saída, a Companhia, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, celebrou parcerias com as diversas Secretarias de Estado, onde estas assumiram os encargos da responsabilidade técnica pela celebração, acompanhamento e inspeção dos convênios de saída, ficando a cargo daquela a gestão dos recursos financeiros.
- Assim, conclui-se que a Companhia está inserida em um contexto onde as atribuições estão divididas entre (i) Concedente – MGI, (ii) Interveniente – Secretarias de Estado e (iii) Convenientes – Municípios, onde estes agentes atuam de forma separada. Neste cenário, compete à Companhia a função dos pagamentos e a revisão dos processos de prestação de contas parcial e final, com validação do processo (celebração, monitoramento e inspeção) instruído pelos demais agentes.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



- Imperioso consignar, ainda, que a MGI não detém qualquer gestão em relação ao programa de políticas públicas estaduais, constantes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI e do Plano Plurianual da Ação Governamental (PPAG).
- Com o advento do Decreto Estadual nº 46.895/15, em que o Estado de Minas Gerais criou o Comitê Gestor do Programa de Investimentos da MGI – CGMGI, presidido pelo Secretário de Estado de Governo e composto Pelos Secretários de Estado de Fazenda, de Casa Civil e de Relações Institucionais, a governança de convênios que contemplou a MGI foi regulamentada, reforçando o papel da Cia como simples executora dos programas estatais.
- Compete ao CGMGI, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual nº 46.895/15, deliberar sobre: i) a alocação dos recursos destinados ao Programa de Investimentos da MGI; ii) acompanhar o planejamento e a execução das intervenções prioritizadas; iii) autorizar a celebração de termos de doação, convênios de saída ou outros instrumentos congêneres; iv) controlar o fluxo de repasses nos convênios de saída ou outros instrumentos congêneres autorizados; v) subsidiar o processo decisório das autoridades competentes, no âmbito da administração pública estadual, envolvidas na execução do Programa de Investimentos da MGI; vi) avaliar, quando necessário, o desempenho físico e financeiro da carteira de projetos de que trata o § 1º do art. 1º; vii) identificar e acompanhar a evolução de fatores conjunturais que possam repercutir no cronograma de execução e propor as estratégias necessárias para assegurar a implementação das diretrizes governamentais em relação aos investimentos em execução; viii) definir medidas preventivas e corretivas frente a restrições detectadas à plena implantação dos investimentos.
- Desse modo, percebe-se que a ressalva não observou a governança praticada pela Companhia e desconsiderou o regramento existente na legislação vigente. As prestações de contas parciais dos convênios, são validadas com base na análise documental por parte da Companhia, pois são objeto de inspeção física por parte da Secretaria Interveniente, nos exatos termos dos instrumentos de parceria.

Belo Horizonte, 29 de março de 2017.

A Diretoria

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Declaração para fins do Artigo 25, § 1º, VI da Instrução CVM 480/09.

Declaramos, na qualidade de diretores da MGI – Minas Gerais Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.296.342/0001-29 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Contábeis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Belo Horizonte, 29 de março de 2017.

A Diretoria